

Área da Segurança

PARTE I

BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO 2008

Em face do estágio de desenvolvimento a que chegamos propomo-nos as seguintes linhas gerais de acção governativa para o ano 2008: - Em obediência ao programa do governo da RAEM, cumprir com seriedade a missão de “combater e prevenir o crime, garantir a segurança diária e os bens dos cidadãos, manter a paz e a estabilidade social” e implementar “a prossecução do interesse do cidadão, assumindo, criteriosamente as nossas responsabilidades”. No âmbito da estrutura e organização administrativas, propusemo-nos seguir os planos gerais de reforma da Administração Pública, aplicados à gestão das corporações e serviços, prevalecendo-nos de métodos científicos, sem prejuízo da sua humanização assente em conceitos modernos, por forma a que, simultaneamente, se atinja melhoria da imagem de dedicação ao serviço público.

Quanto aos trabalhos de controle e gestão, adoptámos uma estratégia horizontal em que se envolveu também o pessoal de direcção e chefia na senda do estudo e da actualização por forma a que elevemos a capacidade profissional e conseqüentemente o nível de gestão e o sentido da responsabilidade na implementação da lei. Levámos em conta que a integridade é essencial à boa execução das Linhas de Acção Governativa, até porque sem uma atitude íntegra jamais se pode garantir a qualidade de serviço e segurança da sociedade. Daremos especial atenção ao pessoal das carreiras de base, introduzindo melhorias no seu regime por forma a compensar melhor o seu desempenho, incrementado a possibilidade de promoção, bem como a sua recompensa.

Juntamos todos as sinergias do pessoal para que contribua para a segurança de Macau e lhe garanta condições de afirmação como cidade de cultura, de turismo, de diversões e de convenções e exposições, harmonizando todos os diversos sectores, sendo realizados os seguintes trabalhos:

Em primeiro lugar, consolidámos um conceito de segurança voltado para a prevenção e o combate ao crime. Estudámos, planeámos e procedemos à adaptação do dispositivo policial sempre que se mostrou necessária para responder às novas tipologias de crime, no sentido de os combater. Simultaneamente, reforçámos a troca de informações e a cooperação e ligação a nível do pessoal, da técnica e de operação com as polícias das zonas vizinhas e do estrangeiro. Paralelamente, a polícia manteve mais cooperação com os media, aperfeiçoando o mecanismo de sensibilização de combate ao crime e de consciencialização para a segurança, aconselhando, através dos vários canais de propaganda, técnicas de auto-protecção e de comunicação rápida e eficiente aos órgãos de policia criminal, assim os ajudando na tarefa que lhes está atribuída.

Os SPU reforçaram o comando unificado das operações dos serviços de polícia concentrando o estudo e análise da informação recolhida, assim tirando um melhor proveito das sinergias resultantes do trabalho de pesquisa, o que resultou visível, especialmente, no combate à criminalidade mais grave, a qual foi objecto de operações conjuntas. Os SPU incrementaram as suas atribuições de comando e de direcção das operações policiais, promovendo que cada vez mais o CPSP e a PJ uniram esforços no combate ao crime, sempre que possível orientando esse esforço conjunto de prevenção e repressão da delinquência de acordo com modelos cientificamente estudados. Ao mesmo tempo, fizemos operações policiais conjuntas de dimensão transfronteiriça participando nos trabalhos contra o terrorismo internacional, o que se integra numa nova cultura policial, ligada aos modelos avançados de reforma da administração, ritmada pela elevação da qualidade do serviço prestado. Sob a coordenação dos SPU, foram desenvolvidas várias acções anti-crimes, resultando notória purificação do ambiente de segurança. A acção anti-crime “Trovão 2008” foi desencadeada em Junho deste ano e com a duração de um mês e meio, pelas polícia de Cantão, de Hong Kong e de Macau, visando directamente as actividades criminais relacionadas com a exploração da prostituição, tráfico de droga, jogo ilícito, pospedagem ilegal, furto nos locais de obras, as seitas, no âmbito do que foram investigadas 1,600 pessoas, sendo que 367 delas foram encaminhadas para o Ministério Público por estarem envolvidos na droga, jogo ilícito, apostas ilícita sobre competições de futebol, usura, porte de armas proibidas, furto, tendo sido expulsar ou recambiadas 347 por prática de actividades ilegais. Através de acções de combate, reprimimos e dissuadimos os criminosos. Por outro lado, tendo

em conta a realização dos Jogos Olímpicos de Beijing 2008, e o facto de os atletas da Eupora e da América escolherem Macau para a base de treino, criámos um bom ambiente de segurança. Em relação à cooperação com o exterior, os SPU realizaram visitas mútuas e reuniões de trabalho com os serviços policiais da Província Guangdong, os Municípios Shenzhen e Xangai, desenvolvendo o espaço de cooperação, sendo obtido o consenso e a colaboração na troca de informações e intercâmbio com os serviços congénres nesta área. Além disso, os SPU concluíram a análise e o estudo de “Sistema de Fiscalização Electrónica Rodoviária da Cidade de Macau”

Para consolidar a segurança da sociedade, com base nos modelos actuais de desenvolvimento social a polícia ajustou e adequou contra-medidas. Sem prejuízo da especial atenção à criminalidade mais grave, a transfronteiriça e a relacionada com o jogo, não se descuidou o combate à criminalidade mais ligeira, criando equipas especializadas que mantiveram em vigilância permanente os locais mais sensíveis quer pela frequência das ocorrências, quer pela potencialidade de concentração de mais pessoas. Ao mesmo tempo promovemos a recolha de informações junto dos cidadãos, bem como os sensibilizamos para, organizando-se em associações cívicas, protagonizarem, eles mesmos, a divulgação de mensagem tendentes a prevenção da criminalidade. Com a elevação da população flutuante o aumento constante da área Territorial, o aparecimento dos novos casinos, novas zonas comerciais, novos pontos de atracções, o CPSP deu atenção à cobertura policial, mobilizando os recursos disponíveis para o patrulhamento de proximidade. Colocámos equipas de intervenção contra furto, combatendo os crimes que afectam a tranquilidade pública, como seja o furto em residência e o fogo posto. Prosseguiu o estudo de incremento do “Sistema de Fiscalização Electrónica Rodoviária da Cidade de Macau” e concluímos a remodelação do edifício do Comissariado Policial n.º 2. A simplificação dos modelos de apresentação de queixa que parte de uma articulação optimizada entre o piquete e a secção de inquérito teve resultados positivos. Tendo em conta as características das zonas de habitação e da sua inserção na rede rodoviária, foram redistribuídos os itinerários de patrulhamento, sendo incrementados novos patrulhamento e dispostos postos de controlo nos novos aterros e nas instalações importantes, sendo que quanto a esta matéria há ainda a referir o sistema de marcação electrónica de patrulhamento que vem entrando progressivamente em funcionamento. Relativamente à juventude, foi reforçada a fiscalização dos locais frequentados pelos jovens. A implementação da

“advertência policial” obrigou à constituição de um grupo de trabalho interno que, tendo tomado várias medidas de apoio aos jovens tem tido um “feedback” satisfatório quanto à integração do seu público-alvo nos valores da sociedade. Ao mesmo tempo, esforçou-se no combate cerrado às pessoas que entram ilegalmente em Macau, à mão de obra ilegal, à ilícita exploração de estabelecimentos tais como as lojas negras e as pousadas ilegais. Nos feriados públicos, festividades importantes, momento em que as personalidades importantes visitaram a Macau, a polícia além de garantir a segurança quotidiana, realizou diversos trabalhos de segurança, sendo de assinalar o êxito que tiveram as operações relacionadas, por exemplo da passagem de chama olímpica, do treino de delegações olímpicas em Macau, sendo que para o efeito o pessoal sacrificou o seu gozo de férias no sentido de assegurar o bom decurso dos trabalhos.

Para reforçar a prevenção e investigação da criminalidade, promovemos activamente o desenvolvimento da técnica criminalística. Daí que, os trabalhos de prevenção e de investigação tenham que ser permeáveis ao desenvolvimento e evolução do estado da segurança, sendo seu “mister” envidar os esforços máximos para manter uma boa qualidade técnico – profissional com o recurso à alta tecnologia científica. É indispensável, também, intensificar o mecanismo de comunicação policial e alargar o canal de troca de informações. A PJ tomou medidas activas de controlo, prevenção e combate dos crimes relacionados com o jogo, crimes económicos e de droga, fogo posto, mantendo sob vigilância os casinos e outros estabelecimentos de diversões vulneráveis ao crime, reforçando as patrulhas inopinadas em sítios com alta ocorrência de criminalidade, elevando a eficiência da investigação criminal. Em Janeiro deste ano, após judiciosas investigações, foi resolvido um crime grave sobre a morte dum taxista por assalto que ocorreu 9 anos atrás, sendo apanhado o autor de crime; em Fevereiro do mesmo ano, no Aeroporto foi interceptado um traficante transpostando 1 kilo de heroína de alto grau pureza, no interior do seu corpo; no início do ano, foi resolvido um caso de levantamento de dinheiro na caixa automática através do cartão de levantamento falsificado, sendo apreendidos 117 cartões de levantamento. Ao mesmo tempo, alargamos a cooperação regional e internacional, melhorando e promovendo a cooperação entre a polícia e os cidadãos, aumentando o recurso à tecnologia científica avançada nos trabalhos de investigação criminal, no sentido de reduzir a taxa de criminalidade grave e elevar a taxa de resolução de casos, a fim de garantir a estabilidade da sociedade. A sucursal da PJ no COTAI entrou em funcionamento em Julho, para onde o Departamento de

Ciências Forenses já foi transferido. Foi criado grupo de exploração permanente de 24 horas, desenvolvidas técnicas de polícia científica, o estudo e a introdução de equipamentos específicos.

Não se descuidou o aperfeiçoamento da gestão nem o reforço da qualificação das forças policiais. Construir a força policial íntegra, profissional, eficaz e disciplinada tem sido um dos objectivos dos nossos trabalhos. Ao longo do ano, foi aperfeiçoada a função de gestão interna da corporação, reforçando-se a gestão e fiscalização disciplinar, ao mesmo tempo foi reforçada a comunicação interna, facultando-se ao pessoal medidas adequadas para atenuar o stress laboral, com o objectivo de estimular o moral, e criar uma atmosfera harmoniosa de trabalho. De acordo com o Programa da Reforma da Administração Pública, vimos reforçando o sentido de responsabilidade e a integridade do pessoal de chefia, elevando os níveis de probidade dos agentes policiais, aumentando o grau de transparência da sua prestação. Para manter a eficácia em alta, a boa justiça e a boa qualidade dos serviços é necessário, em primeiro lugar, manter a estabilidade dos quadros do pessoal, o que se alcança através do recrutamento. Aperfeiçoaremos a disciplina interna por forma a poder oferecer um serviço de qualidade, consolidando a relação entre a polícia e os cidadãos. Prosseguimos a nossa aposta na formação e na troca de conhecimentos com o exterior, do que em muito depende o bom desempenho dos serviços, para além de lançar mão de mecanismos de controlo que assegurem a “sinalização” imediata de qualquer desvio, do que muito beneficiará a qualidade do serviço prestado. Além disso, observamos de perto os níveis de comunicação vertical nos diversos procedimentos, estimulando a proximidade entre os diversos níveis da hierarquia, o que também ajuda a atenuar o “stress” funcional. Através do sistema punição e recompensa estimulamos o conceito de honra e a consciência de sucesso no trabalho do pessoal que vive a sua profissão com uma atitude activa, auscultando as diversas opiniões e sugestões, avaliando a sua viabilidade e corrigindo as insuficiências. Colaborámos estreitamente com o CCAC para transmitir constantemente ao pessoal o conceito de integridade, aperfeiçoando o mecanismo de supervisão. Elaborámos e aperfeiçoámos as instruções de trabalho para os assuntos policiais da linha frente, incentivando-os a um concreto e eficaz cumprimento das tarefas e à adopção de boas técnicas de comunicação, o que pretendemos induza uma cultura de solidariedade e entreajuda. Introduzimos um conceito de gestão humanizada, preocupando-nos com os problemas, dificuldades e pressões encontrados pelo pessoal, promovendo a

participação do pessoal em diversas actividades de natureza cívica. A DSFSM recrutou mais especialistas em apoio psicológico no sentido de prestar serviço de qualidade. Através de reestruturação de carreiras nas Forças e Serviços de Segurança, foi actualizado o estatuto remuneratório, e melhorado o ambiente de trabalho, a fim de reforçar o seu entusiasmo e auto-estima face à profissão que abraçaram, o que constitui, igualmente, nossa preocupação.

No ano passado, promovemos um serviço de qualidade e consolidamos a relação de polícia com o cidadão, alargando o policiamento comunitário. O fomento de uma boa relação entre a polícia e os cidadãos, a compreensão e o apoio dados ao trabalho de segurança pelos cidadãos representa-se em 2 vertentes: combater com eficácia os crimes e garantir a segurança da sociedade, por um lado; aprofundar o policiamento comunitário com o desiderato de “servir melhor os cidadãos” e transmitir a mensagem de combate da criminalidade, por outro lado. Continuámos, assim, o nosso trabalho em clara devoção à causa pública, sendo por ela que vamos reforçar as operações policiais, a prevenção e o combate ao crime, intensificando a comunicação com os cidadãos, transmitindo mensagens de prevenção e procurando meios de fazer com que o público compreenda os trabalhos das corporações e organismos das FSM, no sentido de garantir uma relação harmoniosa entre a polícia e os cidadãos, de reforçar a imagem de integridade profissional, de eficácia e disciplina assim procurado a confiança pública. Em primeiro lugar, implementámos junto de todo o pessoal, uma cultura de actualização das mentalidades e da criação da ideia de boas práticas policiais. Para articulação com o plano geral de reforma da administração pública do governo da RAEM, continuámos a implementar novas modalidades de compromisso de serviço no sentido de elevar a qualidade e a eficiência de trabalho. Designada e principalmente no Departamento de Migração do CPSP, no Corpo de Bombeiros, no Estabelecimento Prisional de Macau em que houve um acentuado esforço de adaptação às mais modernas técnicas de relação com o público. Para implementar as medidas de facilitação aos cidadãos, o Departamento de Trânsito instalou uma secção de informações na sala de piquete, destacando o pessoal para atender o público. A PJ planeou a elevação do sistema de participação de crime pela linha aberta 993, para facilitar aos cidadãos a sua participação na denúncia do crime. Relativamente à questão da delinquência juvenil, através de homepage e outras publicações procurámos transmitir a mensagem de prevenção de crimes, reforçando a fiscalização nos pontos de contacto com o exterior.

Para corresponder ao crescimento as corporações e organismos das FSM necessitam de mais pessoal qualificado para desempenhar as importantes e complicadas atribuições que lhes estão cometidas. Para assegurar a suficiência dos recursos humanos das corporações e organismos das FSM e garantir a sua estabilidade e o seu desenvolvimento sustentável, fomos sensíveis à necessidade de recrutar, formar e movimentar o pessoal qualificado. Os serviços de segurança têm a seu cargo a missão de garantir de tranquilidade da sociedade e de protecção dos cidadãos. No processo de recrutamento e selecção do pessoal, persistimos numa selecção qualificada. A DSFSM estudou e adoptou medidas no sentido de acelerar e aperfeiçoar o procedimento de recrutamento do pessoal, segundo um modelo condicionado à formação profissional específica e especializada. Prosseguimos o esforço de desenvolvimento de mecanismos de formação, tirando o máximo rendimento dos estabelecimentos de ensino, concretamente das funcionalidades das ESFSM, da Escola da Polícia do CPSP, da Escola da Polícia da PJ e da Escola de Bombeiros para elevar a capacidade do pessoal e dotando-o de valências adequadas. A ESFSM ministrou, nesta fase, os 8.º e 10.º CFO dos Bombeiros e o 9.º CFO do CPSP e o 11.º CFO para esta última corporação. Para elevar a capacidade profissional e a eficácia de trabalho, a ESFSM organizou em conjunto com as instituições locais os cursos de processo criminal, de procedimento administrativo, de língua inglesa e mandarim, para além de cursos de técnica de atendimento de queixa, de informática e de direito. Em colaboração com os Institutos de Oficial de Polícia da Província de Guangdong, da Província Yunnan, e o Instituto das Forças Armadas da Polícia Popular da China, organizámos cursos de investigação criminal, de combate de droga e de combate ao fogo. A PJ organizou o 12.º curso de formação de investigação criminal para estagiários e o cursos de formação profissional para investigadores criminais, enviando pessoal para a Universidade de Polícia de Segurança Pública Popular da China e para Instituto de Polícia Criminal da China a fim de melhorar seus conhecimentos. O CPSP intensificou a formação técnica dos agentes policiais da linha frente para fazer frente aos diversos tipos de crimes e às perturbações da ordem pública destacando periodicamente pessoal para a Escola de Polícia e para a Unidade Tática de Intervenção da Polícia a fim de aí receber formação tático-técnica nestas áreas de especialidade, bem como na de investigação. Foi enviado pessoal ao Canadá, Singapura e interior da China para programas de intercâmbio no âmbito da inactivação de engenhos explosivos e reacção a ataque bioquímico. O CB organizou

cursos de formação profissional para os bombeiros em função da realidade actual, por exemplo, relativos a acidentes de trânsito, acidente industriais e em local de obras, incêndios em túnel, entre outros, e também se organizou um “curso profissional de prestação de socorros”.

O amplo intercâmbio e cooperação policial é muito importante para garantir com eficácia a segurança da sociedade de Macau. As autoridades de segurança estabeleceram relações de cooperação policial com o Ministério de Segurança Pública, várias províncias e cidades. Isto é muito importante para garantir a eficácia na manutenção da estabilidade da sociedade. Em relação à cooperação policial entre Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, o objectivo primeiro é combater o crime transfronteiriço, incluindo o combate anti-terrorista, o combate ao crime organizado, ao crime económico transfronteiriço e aos tráficos ilícitos de droga e outros, bem como, ainda à falsificação de documentos. Igualmente a criminalidade relacionada com o jogo ilícito por Internet, o branqueamento de capitais, outros crimes relacionados com o jogo e qualquer tipo de delinquência que afecte a estabilidade, mormente nos postos de contacto com o exterior. Durante Junho e Julho, as polícias de Macau em conjunto com as polícias de Província de Guangdong, e de Hong Kong desencadearam a operação “Trovão 2008”, operação temática destinada à prevenção e combate de crimes, dirigida às actividades criminosas transfronteiriças, sendo obtido êxito considerável. Ao mesmo tempo, agilizamos a cooperação policial entre os postos fronteiriços Zhuhai e Macau, elevando a troca de informações criminais em ordem a melhorar a capacidade de resposta a quaisquer acontecimentos ilícitos emergentes. Para além da formação quotidiana, organizámos ou destacámos pessoal para participar em cursos de formação específica bem como participar em actividades de intercâmbio, como sejam acções de formação relativas aos condicionalismos do recurso à força, organizado pela Hong Kong Police Force, o curso de formação de oficiais de bombeiros do Instituto das Forças Armadas da Polícia Popular da China, o curso de aperfeiçoamento para agentes policiais do CPSP pela Universidade de Polícia de Segurança Pública Popular da China, o curso de gestão de segurança pelo Instituto de Oficial de Polícia da Província de Guangdong, o curso de formação de peritagem de vestígio balístico pelo Instituto de Polícia Criminal da China, o curso de assuntos de migração e de documentos pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, o curso profissional de investigação criminal de acidente de trânsito pela Guarda Nacional Republicana de Portugal bem como

cursos de formação para os agentes do Grupo de Operações especiais. Ao mesmo tempo, convidamos especialistas para dar aulas em Macau que abrangem áreas como a investigação criminal, o tratamento de armas nucleares e bioquímicas e a inactivação de engenhos explosivos, entre outras acções.

O problema da gestão rodoviária e da segurança rodoviária têm constituído uma preocupação de todos sectores. Especialmente, nos últimos anos, têm-se registando grande desenvolvimento económico, e um correspondente aumento de população e viaturas. Com a publicação da nova Lei do Trânsito Rodoviário, manter a fluidez do trânsito e reduzir a ocorrência de acidentes constituem o grande desafio para os agentes de trânsito. As autoridades mantiveram uma permanente actuação em prole do cumprimento de lei, educando e sensibilizando os cidadãos no sentido de saberem articular-se com o desenvolvimento da sociedade e ouvindo as suas opiniões, tudo no sentido de, assim, manterem a segurança rodoviária, reduzindo a ocorrência de acidentes de trânsito. A nível de gestão rodoviária, foram convocados os esforços de vários serviços públicos e dos utentes rodoviários, tomámos como ponto nuclear a prevenção de acidente de trânsito no sentido do reordenamento rodoviário, planeando a instalação de sistemas de fiscalização por captação de imagem via CCTV instalado nas vias principais, sistema que nos propomos alargar em benefício da fiscalização de passagem de semáforo com sinal vermelho e intercepção de viaturas. Para além disso investimos nos exames de alcoolémia, no controlo de velocidade por radar, assim procurando prevenir as infracções às regras rodoviárias e actos que causam perigo à vida de outros utentes. Para articulação com a entrada em vigor da lei do trânsito rodoviário, implementámos trabalhos de execução e ordenamento de gestão rodoviária, autuando as condutas infractoras. A autuação de infracções e cobrança electrónica de multas é usada a título experimental. A polícia estudou activamente em conjunto com os atinentes serviços públicos os modelos de reordenamento estrutural do tráfego rodoviário, o que fará de acordo com o desenvolvimento da sociedade e procurando aperfeiçoar a sinalização vertical e horizontal, melhorando as infra-estruturas rodoviárias. No âmbito de segurança da condução dos veículos de transporte e pesados, para além de fiscalizar e acusar os actos de sobrecarga e excesso de velocidade, reforçou a comunicação com o sector dos transportes no sentido de incrementar a educação e a sensibilização.

No âmbito da optimização e melhoramento dos serviços de migração (saída e entrada), enfrentámos uma missão bem árdua. Para acelerar a passagem pelos postos fronteiriço e atenuar a pressão que ali se regista, persistimos em investir nos recursos a materiais e tomamos medidas que permitem uma melhor racionalização dos investimentos. Quanto às medidas de passagem pelos postos fronteiriços, em primeiro lugar, melhorámos o equipamento do sistema de passagem automática sem prejuízo do rigor do controlo de saída e entrada, nesse sentido foram 18, as novas vias dotadas do equipamento do sistema de passagem automática já em funcionamento desde Fevereiro deste ano, tendo aperfeiçoado as 5 pré-existentes o que facilita a passagem dos turistas pelos postos. As obras da 2.ª fase edifício das Portas do Cerco já tiveram início, prevendo-se a sua conclusão para o fim do próximo ano. Tomámos uma série de medidas no período de feriados longos em que se regista o pico do fluxo de visitantes para assegurar a fluidez dos postos fronteiriços, a boa ordem e a segurança. Retirámos o melhor proveito da cooperação policial entre os postos fronteiriços de Zhuhai e de Macau, incrementando a cooperação policial para garantir a fluidez e segurança dos postos fronteiriços. Os Serviços de Migração do CPSP implementaram um programa “Carta de Qualidade” acrescentado ao programa 13 novos “itens” no fim do ano passado, de que se realça o pedido de prorrogação de permanência, o pedido de renovação de autorização de residência, o pedido de renovação de autorização especial de permanência, bem como a emissão, renovação, substituição e cancelamento do título de permanência especial, estes “itens” foram certificados pela Comissão da Avaliação dos Serviços Públicos, pelo que, foi desenvolvida uma série de trabalhos destinados à optimização do procedimento interno. Nos processos de emissão de títulos de trabalhadores não-residentes, foi implementado a título experimental o sistema “listagem electrónica”, que consiste em que os requerentes transmitam, através da troca de dados, as suas informações à polícia que os trata directamente e guarda em cria arquivo de dados pessoais. Relativamente à formação do pessoal e aos recursos humanos, continuámos a organizar cursos profissionais destinados a elevar a sua formação jurídica específica e a sua eficiência na verificação de documentos de identificação, para além de formação que contribui para melhorar a cortesia e técnicas de atendimento, bem como para incrementar os conhecimentos da língua inglesa e mandarim, no sentido melhorar a performance dos agentes policiais de linha frente.

Com a intensa interacção económica e comercial entre o Interior da China e Macau, oferecem-se mais oportunidades para as transacções. Sendo assim necessário adaptarmo-nos dinamicamente ao desenvolvimento da logística moderna e do comércio externo a fim promover a facilidade das trocas comerciais, o que é um dos objectivos que emergem das atribuições dos SA. Os SA criaram o novo modelo de fiscalização no sentido de promover a facilidade de comércio. Portanto, os SA em articulação com o desenvolvimento económico da RAEM reforçaram as medidas alfandegárias, melhorando o processo de desalfandegamento e os seus equipamentos hardware o que será levada a cabo em articulação com o reforço dos recursos humanos e através da exploração das virtualidades que lhe proporcionam a ciência e a tecnologia, prevenindo e contendo actos de burla alfandegária, actividades de tráfico ilícito e protegendo a propriedade intelectual. Inovou o regime de fiscalização dos SA visando a facilitação do tráfego aduaneiro. Quanto às suas infra-estruturas, acompanhámos de perto as obras de construção da nova sede dos SA na Taipa, avançando para a reparação do edifício do comando do Departamento de Inspeção Marítima da Ilha Verde e do armazém alfandegário, o que resulta na melhoria da capacidade de inspeção marítima dos Serviços de Alfândega e no alívio da pressão resultante do estado dos produtos detidos e armazenados pelos SA. Articulou-se com as empresas comerciais electrónicas na promoção do uso de ‘EDI’, a fim de concretizar a desmaterialização do desalfandegamento marítimo aéreo e terrestre, e o sistema de passagem electrónica de viaturas. Os SA implementaram em conjunto com os serviços alfandegários do interior da China, várias medidas que facilitam a passagem pelo posto fronteiriço, por exemplo, a abertura da linha marítima Shenzhen-Macau para transporte de mercadorias, a implementação de fechadura “verde” e a promoção de reconhecimento mútuo de resultado de inspeção. Foi reforçada a troca de informações com a polícia de Macau, os serviços de alfândega e policiais das regiões vizinhas, no sentido de reprimir os tráficos ilícitos e o transporte ilegal, combatendo os crimes transfronteiriços como o relacionado com os estupefacientes e ao mesmo tempo, em conciliação com os trabalhos de controlo sanitário dos serviços competentes, garantir a higiene e segurança dos alimentos importados.

Quanto ao combate ao incêndio e ao socorro, nos últimos anos, acentuou-se o pluralismo dos diversos sectores de actividade. As obras de infra-estruturas de grande envergadura prosseguem o seu ritmo, daí que o CB enfrente mais desafios, assumindo crescentemente mais responsabilidades. O CB que se encarrega da prevenção contra incêndio e salvamento, está pronto a responder a ocorrências de qualquer tipo de incêndio ou outro sinistro que possa pôr em causa a segurança do desenvolvimento da sociedade. Para atingir o objectivo de melhoramento do seu trabalho e de articulação com o desenvolvimento da sociedade, o CB procedeu à elaboração de programas concretos de dispositivos nas áreas de operação de prevenção contra incêndio, de gestão do pessoal, de formação e, bem assim de infra-estruturas e equipamentos. Quanto ao planeamento dos diversos actos operacionais, o CB elabora os planos de contingência em relação aos casinos e hotéis de grande envergadura, fazendo deslocar pessoal a estas instalações para tomar conhecimento das circunstâncias concretas. Procedeu a estudos desenvolvidos sobre o actual estado de crescimento do COTAI, melhorando o respectivo plano de contingência, bem como os relativos às zonas montanhosas das Ilhas. Para a articulação com a reconstrução e desenvolvimento das zonas antigas da cidade e a construção de arranha-céus, o CB fez alteração e revisão dos planos de contingência, sobretudo visando a estratégia de combate ao fogo através de viatura com auto-escadas de 18 metros e viatura com plataforma de 68 metros. Foi elaborado o plano de emergência e contingência em relação ao património classificado de Macau e cooperou com respectivos gestores na prevenção contra incêndio. Reviu as normas de “classificação de incêndio”, actualizando o equipamento de software do centro de comando, fazendo com que o centro de comando ganhe eficácia nas suas decisões. Quanto às medidas de prevenção de incêndios e estratégias de sensibilização, procurou-se, através de visitas e intercâmbios, apreender experiências de fiscalização de prevenção e de gestão em locais tecnicamente mais avançados. Foi incrementada a realização de inspecção mensal dos hotéis e casinos de grande envergadura. Fomos levar a cabo campanhas de sensibilização, lançando mão de iniciativas como o dia da segurança contra incêndios, palestras e colóquios, fazendo circular viaturas preparadas para sensibilizar as pessoas e articulando-nos nesse mesmo objectivo com a comunicação social para mais facilmente fazermos chegar a ideia de prevenção à comunidade. Os organismos privados como sejam os grandes estabelecimentos de diversão e as companhias de gestão imobiliária, não serão esquecidas, sendo que providenciaremos aos seus empregados acções de formação básicas sobre o combate ao incêndio.

Por outro lado, elevar a qualidade e eficiência do trabalho de protecção civil e reforçar a capacidade de prevenção e combate das catástrofes e dos incidentes imprevistos constitui igualmente uma importante parte dos objectivos que caminham para a garantia do serviço público. Através do estabelecimento da estrutura do Centro de Protecção Civil, elevou a capacidade do comando e da coordenação, garantindo a segurança pública, prevenindo as calamidades e desenvolvendo rapidamente os trabalhos de comando e salvamento no sentido de dar resposta em situação de crise, bem como à reposição dos equipamentos afectados no seu estado normal de funcionamento, quando afectados pelas ocorrências. o Gabinete Coordenador de Segurança definiu projectos de prevenção e trabalhos preparativos conforme às necessidades da sociedade, reforçando a coordenação de protecção civil, promovendo a definição do projecto de emergência na sua generalidade e dando resposta ao projecto de prevenção sobre os incidentes públicos, as calamidades, as catástrofes, a higiene pública e a segurança da sociedade. Na situação de calamidade como o tufão e chuvas torrenciais que ocorreram neste ano, activou de imediato o Centro de Protecção Civil, mantendo a cooperação e a ligação com os serviços meteorológicos e os órgãos de comunicação social, obtendo os dados necessários atempadamente, divulgando as informações de protecção civil, adoptando medidas adequadas para facilitar a população. Em Janeiro deste ano, nas águas marítimas de Macau ocorreu um caso de choque de dois jet-foil, o CB activou o mecanismo de emergência, os feridos foram rapidamente salvos e transportados para dois hospitais, concretizando assim os espíritos de equipa e de sacrifício.

O EPM tem por missão a execução das penas privativas da liberdade e das medidas de prisão preventiva na RAEM, necessitando assim de melhorar em permanência a assistência prestada aos reclusos nas vertentes da inserção sócio-familiar e da formação profissional, bem como apoiá-los psicologicamente, só assim sendo possível a conciliação com as políticas da RAEM e responder às necessidades da sociedade. Além dessas funções principais, o EPM paralelamente ao trabalho de reinserção social dos reclusos acompanha os esforços da prevenção da criminalidade, designadamente contribuindo para a diminuição da taxa de reincidência. A direcção do EPM exige do seu pessoal um serviço qualificado e atento à evolução da sociedade. O EPM não pode ignorar a evolução dos tempos iniciando a substituição dos modelos de gestão antigos por modelos mais funcionais e que contribuem para uma mais bem sucedida execução da missões que lhe estão cometidas. Para uma melhor reinserção social dos reclusos, o EPM organizou uma

série de palestras e cursos, que vão desde a prevenção do vício do jogo à educação cívica passando pelas noções dos direitos dos cidadãos, dando, ainda, uma especial atenção à protecção da saída da população reclusa. Paralelamente fez evoluir os modelos de reinserção social, articulando-se com organismos do exterior que possam favorecer esse objectivo, preparando os reclusos para a vida em sociedade, uma vez alcançada a liberdade. Providenciámos também algumas medidas que visem facilitar a vida aos cidadãos, designadamente as visitas, como sejam as que dizem respeito aos cartões de acesso, a melhoria do sistema vídeo e de comunicação, o que faremos sempre acompanhado de inquérito para avaliar do grau de satisfação dos utentes e assim melhor servi-lo. No sentido de melhor adaptar a estrutura à nova legislação orgânica, o EPM procedeu à modernização da gestão dos seus recursos humanos, designadamente do Corpo da Guardas Prisionais. Para a articulação do progresso do governo electrónico, implementámos a informatização dos trabalhos administrativos e o reforço do sistema informático. Para atenuar a tensão dos recursos humanos, além de reforçar a formação do pessoal, foi recrutado um grupo de guardas prisionais de nacionalidade Vietnamita no sentido de reforçar a força de guarda. O EPM tem acompanhado o andamento da construção da nova cadeia, preparando a sua mudança. Foi reforçada a formação específica profissional das guardas prisionais, preparando-os para poderem enfrentar acontecimentos imprevistos. Socorrendo-nos do apoio do CCAC, levámos a cabo iniciativas tendentes à melhoria da integridade dos funcionários. Reforçámos as acções de ligação com o exterior e de promoção de imagem, a fim de elevar a sensibilização, apelando a sociedade que aceite e apoie a reinserção social dos reclusos.

A DSFSM providencia às corporações e organismos que apoia, a dotação de equipamentos, bem como a respectiva manutenção, com vista a proporcionar-lhes os melhores meios para o cumprimento das suas missões. Para garantir uma distribuição e utilização racional dos recursos, no próximo ano, continuar-se-á a reforçar a respectiva gestão no plano material e financeiro de todas as corporações e organismos das Forças de Segurança. A simplificação dos procedimentos administrativos através da informática contribuirá também para a elevação da eficácia de execução das tarefas, para a melhor distribuição e disposição das forças policiais, melhor concretização das diversas infra-estruturas e melhoramento dos projectos técnicos, aperfeiçoamento dos equipamentos pessoais, sem esquecer a optimização dos procedimentos de recrutamento dos instruendos e do pessoal civil, a fim de garantir o próspero funcionamento dos organismos e uma execução eficaz da missão. Em articulação das diversas obras de ampliação, instalou e aumentou progressivamente o sistema de

passagem automática nos postos fronteiriços das Portas do Cerco, do Terminal Marítimo, de flor de Lótus e do novo terminal marítimo da Taipa, e preparou os respectivos trabalhos técnicos, instalando os equipamentos informáticos das infra-estruturas, tais como, computadores, e aparelhos de leitura óptica de documento de identificação. Em articulação com a vigência da Lei do Trânsito Rodoviário, explorámos e aplicámos progressivamente o novo sistema informático, a saber, a consulta de autos por transgressão na Internet, o sistema de facturação electrónica. Respondendo às necessidades actuais foi substituído o sistema envelhecido de socorros 999/110/112. Aumentou o recrutamento dos agentes com vista a reforçar o quadro das carreiras das Forças de Segurança tendo em conta a necessidade dos recursos humanos e otimizar os trabalhos selecção.

Foi criada a Comissão de Acompanhamento das Medidas Dissuasoras do Tráfego de Pessoas, a qual ficará alojada sob tutela da área de governação da segurança, não obstante se assumir como um órgão de natureza interdepartamental e multidisciplinar, sendo instalada a linha telefónica aberta, realizada a conferência de imprensa e publicada dos desdobráveis. A iniciativa de criação da Comissão radica no propósito do governo manter em permanente controle qualquer acto de constrangimento da liberdade individual das pessoas e de promover todos os esforços no sentido de demonstrar aos seus residentes e, bem assim, à comunidade internacional, que Macau, pese embora as vulnerabilidades em que o seu cosmopolitismo a constitui, jamais deixará de ser um local onde o respeito pelos direitos cívicos e humanos são paradigma de todas as dinâmicas sociais.

Face ao exposto, podemos concluir que, durante o ano 2008, os nossos trabalhos decorreram segundo os programas definidos. As corporações e os organismos da área de segurança seguiram as linhas gerais e orientações do governo da RAEM, implementando, de acordo com as linhas de acção aprovadas para esta área, medidas de execução das suas próprias atribuições, cooperando mutuamente, desenvolvendo as capacidades profissionais, esforçando-se para a garantia de segurança dos cidadãos e combate do crime. Cabe aqui realçar que a estabilidade de segurança social depende, sempre, do apoio e articulação interdepartamental e também daquele que se obtém dos órgãos legislativos e dos tribunais sem esquecer a participação e cooperação dos cidadãos.

PARTE II

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2009

INTRODUÇÃO

O êxito da execução de Linhas de Acção Governativa para o ano de 2008 só foi possível graças ao empenho e espírito de corpo do pessoal de todas as corporações e organismos, adquirindo experiências e conhecimentos muito ricos, sendo verdade que sem a sua entrega à causa pública jamais seria possível consolidar em tão elevado grau de satisfação os nossos objectivos, conferindo-nos o direito de encararmos a próxima etapa com grande optimismo. “Combater e prevenir o crime, garantir a segurança da vida e bens dos cidadãos, manter a paz e a estabilidade social” constitui nossa atribuição. Os desafios em que nos envolvemos e o incremento da integridade e da qualificação profissional impõem-se-nos como pressupostos de missão. A vida dos cidadãos, a economia e o ambiente de Macau desenvolvem-se de forma constante e muito rapidamente. O número de cidadãos e turistas aumentam constantemente. As questões que se deparam à área de segurança são agora mais complexas. As corporações e organismos das FSM devem ter uma atitude dinâmica e prevalecer-se nas suas próprias experiências para projectar as reformas essenciais ao acompanhamento das mudanças que se registam na sociedade, só assim se podendo garantir um bom futuro.

O futuro próximo reserva para a RAEM um perfil de cidade internacional e cosmopolita. Assim, e no sentido de prover às necessidades de segurança e à qualidade de vida dos cidadãos, prosseguiremos uma política alinhada pelas reformas que vêm sendo encetadas pelo Governo, cumprindo as atribuições das corporações e organismos das FSM, sendo nesse contexto que nos propomos definir as linhas de acção governativa relativas ao desiderato da paz e segurança públicas. Queremos transmitir uma imagem de segurança, desde logo sinalizada pela integridade do nosso pessoal, pela sua qualificação profissional, porquanto apenas deste modo conseguiremos alcançar a sociedade harmoniosa, fundamental a afirmação de Macau como local de turismo e convenções.

2009 é o ano em que se celebra 10.º aniversário do estabelecimento da RAEM. Em face de dados que vimos colhendo relativo ao crescimento económico do ano anterior e de várias pesquisas que fazemos sobre o sentido da evolução da economia e vida dos cidadãos prevemos que lhe corresponderá um incremento das necessidades de segurança, sobretudo a grande mudança económica à escala planetária derivada da crise financeira dos Estados Unidos da América, que não deixará de se repercutir influências nas zona, que conduzem potencialmente ao incremento do problema de segurança e à mudança quanto à tipologia do mesmos. Com efeito, perante o desenvolvimento rápido da economia, comércio, população, trânsito e ambiente, para continuar amanter bons níveis de segurança, as autoridades, além de dar continuidade às políticas, as autoridades, procederão à antecipação e à avaliação, programação e planeamento dos diversos assuntos relativos à segurança pública a realizar no futuro.

O sucesso da realização dos Jogos Olímpicos de Beijing 2008 não só ficará gravado nas páginas da história, deixou também marcas indeléveis na população e no nosso país. Macau enquanto uma região administrativa especial irá articular-se com os trabalhos do Governo Central, propagando os valores e espírito olímpicos e abrindo a nova era, o que faremos acompanhar de uma rigorosa prevenção do crime. O próximo ano será importante para a RAEM. Serão realizadas uma série de actividades comemorativas do 10.º aniversário da transição da soberania. Com os actos eleitorais relativos à chefia do Governo e dos membros da Assembleia Legislativa, a situação política tornar-se-à mais sensível. As autoridades de segurança prosseguirão uma atitude de neutralidade não obstante a permanente atenção a quaisquer tendências das actividades de crime organizado das seitas e o combate rigoroso daquelas que informam o normal funcionamento da sociedade. Ao mesmo tempo, todo o pessoal das corporações e organismos das FSM vão assegurar bem os trabalho de segurança no momento comemorativo do 10.º aniversário da transição da soberania, mantendo a prudência da análise e do planeamento rigoroso preparando-se a nível de pessoal e de equipamento, incrementando a operacionalidade e prontidão para o cumprimento da missão.

Assim, as linhas de acção governativa para o próximo ano, representarão a preocupação de acompanhamento do desenvolvimento económico e o programa geral do Governo da RAEM, sempre sensível a experiência acumulada e à opinião dos cidadãos. Com um visão macroscópica e uma atitude pragmática e objectiva,

coordenando de forma adequada os recursos humanos, materiais e financeiros das corporações e organismos das FSM, esforçando-se em cumprir as missões de segurança, promoveremos a melhor e mais qualitativa segurança da sociedade, dos seus valores e do seu país.

Convocamos para o detalhe da definição das políticas públicas, todos os organismos e corporações com intervenção na área de segurança pública interna chamando pelo seu sentido de missão, cientes de que a sua performance, constitui, a premissa maior do esboço da nossa actividade para o ano que se aproxima. Queremos que o nosso trabalho cuide o pormenor, e que contribua para a convergência do pessoal das forças e serviços de segurança. As linhas de acção governativa para 2009 baseiam-se nas suas precedentes, as quais nos propomos prosseguir: - Seguimos as linhas mestras do programa do governo da RAEM, designadamente aquela que determina seriedade na missão de “combater e prevenir o crime, garantir a segurança da vida e bens dos cidadãos, manter a paz e a estabilidade social” e implementar “a prossecução do interesse do cidadão, segundo critérios em responsabilidade”. No âmbito da reforma administrativa, seguiremos os planos gerais de reforma da Administração Pública, aplicado à gestão das corporações e serviços, prevalecendo-nos de métodos científicos, sem prejuízo da sua humanização assente em conceitos modernos, por forma a que, simultaneamente se atinjam bons níveis de modernização e melhoria da imagem de dedicação ao serviço público. Adoptaremos uma estratégia horizontal em que se envolverá também o pessoal de direcção e de chefia na senda do estudo e da actualização por forma a que elevemos a capacidade profissional e conseqüentemente o nível de gestão e o sentido da responsabilidade na implementação da lei. Levaremos em conta a integridade essencial à boa execução das Linhas de Acção Governativa, até porque sem uma atitude íntegra jamais se pode garantir a qualidade de serviço e a segurança da sociedade.

Baseando nas linhas gerais acima referidas, elaboramos as linhas de acção governativa na área de segurança para 2009 e os respectivos objectivos de acção, articulando-os com a reforma da administração pública e levando em consideração o futuro desenvolvimento das corporações e organismos das FSM, o que irá contribuir para prevenir e combater a criminalidade, elevar a consciência de segurança dos cidadãos e consolidar o ambiente de segurança.

1. Consolidar o sistema de segurança no combate à criminalidade

A segurança interna da RAEM é influenciada por factores internos e externos. Nos últimos anos, tem-se registado um crescimento rápido da economia de Macau, sendo que a fisionomia social apresenta uma mudança profunda, que faz enfrentar necessariamente problemas complexos e desafios especiais relativos à segurança. Dezenas milhões de turistas de todo o mundo não só conduzem ao aumento do fluxo de transporte de passageiros e de mercadorias nos postos fronteiriços terrestres, no aeroporto e no terminal marítimo, como também se torna inevitável que, entre eles, se possam contar alguns delinquentes que, a coberto daquela qualidade, aproveitam de deslocações para a prática de crimes. Desde a liberalização do jogo, as instalações de diversões de grande envergadura vêm entrando sucessivamente em funcionamento e este determina que junto do sector do jogo possa desenrolar-se a ocorrência de crimes a ele conexos. Perante a internacionalização do ambiente e a integração global da economia, é obrigatório tomar precaução sobre os grupos criminosos transfronteiriços internacionais.

Apesar de a situação de segurança se manter estável após o combate constante aos crimes graves, as actividades criminosas mais complexas e sofisticadas marcam presença. Igualmente a especificidade de Macau demanda que muitos problemas não relevantes no passado, necessitam, hoje em dia, da intervenção das actividades de segurança. Por outro lado, temos de prestar atenção à situação de segurança após os Jogos Olímpicos, prevenindo a todo o tempo qualquer acto que ponha em causa os valores e prestígio adquiridos.

Isto reflecte que nós temos de prestar atenção com a perspicácia, às actividades criminosas mais complexas e novas, tomando medidas para a sua contenção. Estudaremos, planearemos e procederemos à adaptação do dispositivo policial sempre que se mostra necessário para fazermos face às novas tipologias de crimes, no sentido de as combater, a fim de consolidar o sistema implementado após a transferência de soberania, de tal modo que proteja os cidadãos e turistas de perturbações e prejuízos e garanta uma boa imagem da cidade de Macau.

1.1 Manter a segurança da sociedade, prevenir a criminalidade e garantir a tranquilidade da vida quotidiana dos cidadãos

As autoridades de segurança têm como objectivo servir melhor a sociedade, garantir a estabilidade no Território, esforçando-se por que do cumprimento da sua missão resulte uma ajuda para a prosperidade, uma vez identificados os factores de perturbação do desenvolvimento as polícias alinharão os seus recursos por forma a contrariar tais antagonismos, para tanto corrigindo opções do passado que eventualmente mereçam ser corrigidas, no sentido de consolidar a imagem policial e de garantir a tranquilidade dos cidadãos.

No futuro, sem prejuízo da especial atenção à criminalidade mais grave, não se negligenciará o combate à criminalidade mais ligeira. No que diz respeito às medidas concretas, vamos continuar a dar atenção ao policiamento de proximidade e criar equipas especializadas que mantenham em vigilância permanentes os locais mais sensíveis, combater os crimes ocorridos nas ruas, recorrer às novas tecnologias, designadamente os de cobertura da cidade por sistemas de gravação de imagem rodoviária.

É de notar que o ano 2009 é o ano comemorativo do 10.º aniversário da transição da soberania, prevendo-se a organização de muitas actividades comemorativas em que participarão personalidades importantes do país e do estrangeiro. Em relação a isto, as polícias tudo farão para assegurar o sucesso das actividades. E no próximo ano, irão decorrer a 3.ª eleição do Chefe do Executivo e 4.ª eleição da Assembleia Legislativa, sendo que as autoridades policiais se empenharão na manutenção da ordem pública a fim de não haja perturbação do funcionamento das instituições. Tendo em conta o fórum de Economia e Comércio de Lusofonia no próximo ano, a sucessiva instalação e ampliação de casinos e hotéis de grande envergadura, a entrada em funcionamento do Terminal Marítimo Pac-On, é necessário reforçar as forças policiais em diversas áreas. Portanto, a polícia adoptará planos adequados à formação do pessoal, ao treino profissional e à avaliação e implementação de medidas de segurança, realizando os respectivos trabalhos.

Os principais planos de operações são os seguintes:

- 1.1.1 Para a articulação com o desenvolvimento do sector do turismo, será destacado mais pessoal nos feriados públicos ou festividades importantes, ou eventos, para a patrulha diurna e nocturna, sendo reforçada a interceptação de viaturas para prevenção e combate de criminalidade.
- 1.1.2 Vamos dar combate cerrado às pessoas que entram ilegalmente em Macau, às que permanecem em Macau fora do prazo legalmente permitido, e às que se dedicam a actividades que não se coadunam com a sua qualidade de turista. Manteremos uma boa comunicação e cooperação com serviços responsáveis pelos assuntos laborais, pelo turismo e pela economia no sentido de combater em conjunto as actividades de mão-de-obra ilegal e de garantir o ambiente de emprego. Ao mesmo tempo, vamos alertar aos agentes em exercício a respeito da sua atitude, a fim de promover a consciência da missão.
- 1.1.3 A polícia vem introduzindo alterações no dispositivo de patrulhamento, designadamente através do incremento das equipas motorizadas, que se encarregam do policiamento das Ilhas, zona que, fruto da execução das obras de construção de novos hotéis e casinos, apresenta hoje uma circulação de turistas, residentes e trabalhadores cada vez mais crescente, ao que há-de corresponder-se com uma atitude de antecipação a qualquer acontecimento indesejável.
- 1.1.4 Nas zonas habitacionais com alta densidade populacional naqueles onde habitualmente se concentram maiores aglomerados de pessoas será reforçada a patrulha policial, nas zonas de ocorrências frequentes de crimes serão organizadas patrulhas “apeadas” ou vigilância permanente no sentido de prevenir e combater os crimes.
- 1.1.5 No próximo ano, o CPSP irá articular-se com o sistema de controlo electrónico, medidas que entendemos adequadas à cobertura das zonas em desenvolvimento do COTAI e das instalações mais importantes.

- 1.1.6 Para evitar o aumento dos crimes nos casinos e manter a ordem naqueles locais, serão destacados mais agentes para fiscalizar ou patrulhar as suas áreas de implantação, mantendo uma estrita ligação com o pessoal de segurança privada no sentido de reforçar a reacção a quaisquer acontecimentos improvisados.
- 1.1.7 Continuará a organizar as operações anti-criminais, procedendo à identificação dos suspeitos ou seu encaminhamento para esquadra policial, a fim de prevenir e conter as actividades criminosas, tais como, o empréstimo ilícito e extorsão.
- 1.1.8 Considerando os efeitos nefastos das drogas e das substâncias psicotrópicas, a polícia irá vigiar os suspeitos de tráfico nos postos fronteiriços, reforçando a recolha de informações e perseguindo os protagonistas deste tipo de actividade ilícita.
- 1.1.9 Incrementaremos os métodos de investigação e de recolha de informação por forma a obter êxito no combate que o fenómeno reclama, jamais descurando a intervenção em locais mais próprios ao consumo, no sentido de conter o alastramento desta prática ilícita, bem como do tráfico que lhe está associado.
- 1.1.10 Relativamente à juventude, e no sentido de prevenir o consumo de drogas leves, será reforçada a fiscalização dos locais frequentados pelos jovens, numa perspectiva de redobrada atenção a este fenómeno bem como a outros tipos de crimes que lhe são conexos.
- 1.1.11 A realização intensiva de operações policiais para melhorar o ambiente de segurança da sociedade, incluindo: combate incessante à imigração ilícita, à mão de obra não residente ilegal, ao jogo ilícito bem como ao uso de documento de identificação falsificado. Combateremos activamente o crime de tráfico de pessoas, nomeadamente, através da sensibilização e dissuasão das mulheres que procuram Macau para trabalhar ou fazer turismo, mas que por circunstâncias várias acabam por cair em praticas voltadas para o fenómeno da prostituição.

- 1.1.12 Partindo de uma cuidada análise da situação da segurança e no sentido de responder com eficácia e prontidão a quaisquer incidentes que a possam perturbar, daremos importância ao patrulhamento das zonas turísticas por forma a que se obste à ocorrência dos crimes de que habitualmente elas são alvo. Igualmente, daremos atenção a outros crimes que afectam a tranquilidade pública, como seja o furto em residência e o fogo posto.
- 1.1.13 O CPSP irá combater a ocorrência frequente de crimes de burla na rua que causam prejuízos graves aos idosos ou mulheres menos informadas, intensificando a patrulha, vigiando os suspeitos, fazendo punir os respectivos autores de crimes de burla .
- 1.1.14 A polícia irá manter uma estreita colaboração com a associação dos consumidores e outros serviços públicos para combater a ilícita exploração de estabelecimentos tais como as lojas negras, pousadas, ilegais, quaisquer outras actividades comerciais ilícitas.

1.2 Reforçar a prevenção e investigação da criminalidade

Tendo em conta o desenvolvimento da economia de Macau, os factores que influenciam a estabilidade da segurança não deixam de ser permeáveis a tamanhas mudanças, fazendo com que o número de crimes aumente. Daremos atenção às actividades criminosas mais complexas e mais modernas, enfrentando-a com oportunidade e eficácia. No próximo ano, a PJ irá reforçar a prevenção e a investigação da criminalidade de forma mais aberta e transparente no sentido de reforçar a confiança dos órgãos policiais por parte de cidadãos, tratando imediatamente os crimes que prejudicam gravemente a sociedade ou crimes de nova tipologia ou de índole especial no sentido de assegurar a estabilidade de sociedade de Macau.

Os planos de trabalho dos serviços encarregados de investigação criminal são os seguintes:

- 1.2.1 Esforçar-se em elevar a taxa de resolução de casos. Apesar de em Macau não existir muitos crimes de homicídio e os sinalizados serem resolvidos imediatamente, a polícia mantém-se empenhada na resolução deste tipo de criminalidade, bem como de qualquer outra considerada grave. A PJ reforçará a investigação e prevenção dos crimes sexuais, incluindo o reforço do pessoal na patrulha nocturna, incremento a sensibilização para uma atitude de auto-protecção, a fim de reduzir a ocorrência deste tipo de criminalidade.
- 1.2.2 Conter os crimes leves. Actualmente, em Macau, este tipo de criminalidade resume-se essencialmente aos crimes contra o património. Tendo em conta o aumento de crimes leves e as características de segurança, serão tomadas as seguintes medidas para prevenção de crimes:
 - 1.2.2.1 Mobilizar as forças policiais para prevenir e combater activamente os crimes leves que perturbam a vida quotidiana dos cidadãos, analisando o método de prática de crimes e as suas características, e precisando melhor os objectivos da actividade de investigação.
 - 1.2.2.2 Reforçar a patrulha nos pontos de atracções e estabelecimentos, procedendo às operações anti-criminais nos sítios de ocorrência frequente de crime, contendo a oportunidade de prática de crime a partir de ambiente da sociedade.
 - 1.2.2.3 Propôr, quando viável, a instalação do sistema do CCTV em edifícios, lojas e casinos, os vídeos do CCTV devendo os respectivos registos de imagem serem mantidos pelo período mínimo de um mês, a fim de reforçar o trabalho de luta contra furto e a sua investigação.
 - 1.2.2.4 Tendo em conta o furto dos materiais de construção, casuística agravada pela sua rentabilidade, além de reforçar a patrulha, será destacado pessoal para investigar aleatoriamente os estabelecimentos de recolha de sucata e de outros desperdícios propondo o registo de identificação dos vendedores, no sentido de perseguir os suspeitos.

- 1.2.3 Tomaremos uma série de medidas de prevenção e combate aos crimes relacionados com o jogo. Actualmente, em Macau existem 6 concessioárias do sector do jogo, num total de 28 casinos em funcionamento. Desde que os seus recursos o permitam a PJ irá com eficácia e rapidez e em tempo oportuno tratar dos crimes relacionados com o jogo, para tanto apontando as seguintes as medidas concretas:
- 1.2.3.1 Proceder a uma gestão rigorosa dos os agentes destinados à investigação e prevenção, e reforçar o combate às actividades ilegais nos casinos. Por exemplo, a secção contra os crimes relacionados com o jogo, cuja atribuição é investigar os crimes ocorridos nos casinos e apoiar as autoridades judiciais, intervirá logo que tome conhecimento de notícias de crime, interceptando e encaminhando os suspeitos para os procedimentos de investigação.
 - 1.2.3.2 Aprofundar a troca de informações com outros serviços e regiões, com base nas quais procurará manter com eficácia a ordem dos casinos, intensificando a cooperação com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, outros serviços públicos e departamentos de segurança privada bem como a ligação com as polícias de outras regiões e ainda com os órgãos de inspecção financeira.
 - 1.2.3.3 De acordo com os recursos disponíveis, a dimensão dos casinos e o fluxo de pessoas, procederemos à colocação de pessoal, nos casinos de grande envergadura e em locais estratégicos, 24 sobre 24 horas, que garanta dar resposta às necessidades de fiscalização dos demais casinos, de acordo com um plano que procurará garantir a fiscalização sem interrupção.
 - 1.2.3.4 Reforçar a patrulha nos casinos ou em sítios estratégicos. A Divisão de Prevenção e Combate aos Crimes Relacionados com o Jogo vai coloar uma equipa de patrulha nos casinos ou sítios conexos sem presença dos agentes da PJ. Por um lado, assegurará a fiscalização dos casinos na situação de carência de recurso humano, reforçando o patrulhamento. Isto contribui para purificar o ambiente de segurança aquando da prevenção de criminalidade. Por outro lado, procederemos às operações de intervenção improvisada nos diversos casinos.

1.2.3.5 Procuraremos conseguir o domínio sobre as novas tendências da criminalidade relativas ao jogo, promoveremos a participação em reuniões com países e territórios onde se desenvolve o sector do jogo, estudando em conjunto os problemas sobre este tipo de criminalidade o que favorecerá a definição de medidas destinadas à prevenção e combate às actividades criminosas transfronteiriças.

1.2.4 Reforçar o combate aos crimes económicos, nomeadamente, crimes de abuso de confiança, de emissão de cheque sem provimento, de burla, de notas falsificadas, de documento falsificado, de cartão de crédito, e de informática, o que ao PJ tem dedicado muito do seu trabalho principalmente nos últimos anos.

1.2.4.1 Combater a venda em pirâmide. Entrou em vigor, em Junho a lei de combate à venda em pirâmide, pelo que, no futuro, a polícia combaterá nos termos da lei esta actividade, prevenindo os prejuízos pecuniários resultantes da adesão dos cidadãos a este tipo de vendas.

1.2.4.2 Através de sensibilização e educação, preveniremos activamente os diversos crimes de burla. Por multipliar vias, como seja através da organização de palestras em conjunto com as associações cívicas, de afixação de cartazes nas ruas, nos locais com grande fluxo de pessoas, como mercados e bancos, e ainda tirando partido do patrulhamento que servirá para sensibilizar as pessoas para o surgimento de novos métodos de burla, dando continuidade ao trabalho que vem sendo feito, designadamente pela PJ, com o que contamos alertar a pessoas para o ocorrência deste tipo de criminalidade.

1.2.4.3 Prevenir e combater a contrafacção de moeda. Em relação a isso, vamos promover a sensibilização e educação no sentido de elevar conhecimento dos cidadãos e a sua capacidade de identificar as notas falsas. Reforçaremos a recolha de informações, continuando a manter a colaboração com os serviços congéneres das regiões vizinhas, aperfeiçoando o mecanismo de troca de informações, com o objectivo de elevar a técnica de investigação moeda contrafeita por investigadores criminais para se articular com os trabalhos de prevenção e investigação.

- 1.2.4.4 O reforço da troca de informações e prevenção dos crimes relacionados com cartões canbários. Tendo em conta os crimes relacionados com diversos cartões, tais como, cartões de crédito e de débito, reforçaremos a ligação e a troca de informações com o sector que aceita o pagamento por cartão e os respectivos bancos. Manteremos a ligação com entidade emissora de cartão, banco ou entidade financeira para tomar conhecimento do desenvolvimento e tendência dos cartões, e lançando a campanha de sensibilização de prevenção de crime sobre o cartão de crédito junto das lojas.
- 1.2.4.5 Prepararemos o combate aos crimes de internet. Por um lado, reforçaremos os conhecimentos profissionais de informática dos agentes policiais, por outro lado, comunicaremos e cooperaremos estritamente com os demais serviços públicos e entidades de telecomunicações, no sentido de perseguir os criminosos de internet para além de reforçar o controle e fiscalização do cyber-café, no sentido de evitar que estes locais sejam aproveitados para a práticas de crimes.
- 1.2.4.6 Exigiremos o cumprimento rigoroso do dever de cooperação das casas de penhor. Nos últimos anos, o sector dos “penhoristas” teve uma ascensão relevante, associada ao incremento do jogo, sendo necessário aperfeiçoar o regime de registo de identificação das pessoas que submetem objectos para penhor, a fim de prevenir que os criminosos ali possam transaccionar objectos furtados. Também através de sensibilização, reforçaremos a consciência de tratamento prudente de negócio por parte de empregados de casa de penhor.
- 1.2.5 Reforçaremos a investigação de crime de branqueamento de capitais através de vários trabalhos, de entre os quais destacamos a sensibilização da população para este tema, sensibilização que serve não só como medida preventiva como também de advertência para as consequências deste tipo de crime económico. Reforçaremos a cooperação com o Gabinete de Informação Financeira, intensificando o trabalho de recolha de informações e a sua análise, participando nas actividades e reuniões de Combate de Branqueamento de Capitais a organizar localmente ou à escala internacional, no sentido de

acompanhar a nova situação de desenvolvimento do crime de branqueamento de capitais, bem como de adquirir as experiências de combate ao crime de branqueamento de capitais por parte de polícias do estrangeiro.

- 1.2.6 Actualizaremos os estudos relacionados com estes estabelecimentos ilegais. A polícia irá manter uma colaboração com o Conselho de Consumidores, os SA e a Direcção dos Serviços de Economia, participando nas reuniões de trabalho sobre o combate à ilícita exploração das lojas negras, observando em conjunto com a situação de desenvolvimento das lojas negras no sentido de tomar acções em caso de necessidade.
- 1.2.7 Combater o crime de droga. A droga constitui um problema de natureza global e transfronteiriça. A polícia e os SA irão observar e fiscalizar de perto os postos fronteiriços para conter a entrada de droga em Macau.
 - 1.2.7.1 Manter e reforçar a ligação interactiva entre a PJ, o CPSP e os SA com o objectivo de reforçar internamente a recolha de informações e o trabalho de análise.
 - 1.2.7.2 Acompanhar o tráfico de droga por meio de correio ou EMS, prestando atenção ao método mais novo de transporte de droga mantendo-nos alerta quanto ao uso de Macau como ponto de trânsito de droga bem como quanto ao transporte de droga no corpo humano. Prestaremos ainda a maior atenção ao aparecimento dos novos estupefacientes substâncias psicotrópicas,
 - 1.2.7.3 Reforçaremos a cooperação com os serviços públicos ou privados de tratamento e prevenção do abuso de drogas, mantendo a cooperação com associações ou organizações de bairros sociais no sentido de combater em conjunto a droga.
 - 1.2.7.4 Reforçaremos as patrulhas inopinadas em sítios com alta ocorrência de criminalidade, sobretudo nos estabelecimentos de diversões, bares e Karaok, onde se aglomeram jovens.

- 1.2.7.5 Manteremos comunicação estreita e eficaz com as entidades congêneres de todos as proveniências não só com a polícias de Cantão e Hong Kong, bem como outras estrangeiros, no sentido de acompanhar de perto as actividades das seitas, e tomar acções resolutas destinadas ao combate das seitas e das criminalidades. Em caso de necessidade procederemos a reuniões de coordenação e a operações conjuntas, destacando o pessoal para participar nas conferências internacionais relativas ao tráfico e consumo de droga.
- 1.2.8 Prevenção de fogo posto. A secção especializada na investigação do fogo posto da PJ, vem concluindo que uma parte significativa dos autores destes crimes não agiu com dolo, mas não podemos desmerecer na sua gravidade, que põe em perigo a segurança e a vida. Portanto, é necessário reforçar a sensibilização para prevenção deste crime, incluindo, advertir os cidadãos quanto às graves consequências que podem advir para a sociedade pela ocorrência deste tipo de factualidade.
- 1.2.9 Iremos aprofundar a cooperação e o intercâmbio de investigação criminal com os serviços policiais das regiões e países vizinhos, intensificando o mecanismo de comunicação. Através das reuniões de trabalho da chefia de investigação criminal pelas polícias de Cantão, Hong Kong e Macau, continuaremos a aprofundar os mecanismos de ligação e de cooperação, ajudando-nos mutuamente na perseguição dos os criminosos em fuga, acelerando assim o processo de tratamento dos casos, elevando a eficiência de trabalho. Incrementar a cooperação e intercâmbio com os órgãos executores da lei dos exteriores, comunicando, complementando e partilhando mútua e reciprocamente as informações, no sentido de combater atempadamente os crimes transfronteiriços. Reforçar a formação e intercâmbio das polícias, instalando a perfeita e constante ligação de informações.

- 1.2.10 Intensificaremos o trabalho de recolha de informações criminais. Para implementar a orientação “informações subsidiam a investigação”. A partir do trabalho já feito, ligaremos e incrementaremos a exploração e recurso à ciência e tecnologia sofisticadas na investigação criminal, serão reforçadas a recolha e a análise de informações criminais, em ordem a melhor se poder definir a tática das operações. Serão reforçadas a recolha e a análise de informações criminais, em ordem a melhor se poder definir a tática das operações.
- 1.2.11 Será reforçada a formação do pessoal de investigação criminal. Com vista a diminuir a pressão do volume de trabalho sobre os recursos e humanos disponíveis, bem como para melhorar a sua eficiência, a PJ irá proceder ao recrutamento de pessoal e incrementar a formação profissional especializada. Destacaremos pessoal para frequentar cursos de formação profissional, seminários, work-shops internacionais, melhorado as suas técnicas para enfrentar as novas tipologias de crimes.
- 1.2.12 Através de integração e da introdução de equipamentos, apoia-se a investigação criminal. Serão actualizadas constantemente as novas técnicas de investigação criminal, adquirindo as experiências avançadas de regiões vizinhas, sendo actualizado o software de processamento de documentos informático, a fim de elevar a eficácia de trabalho de investigação criminal.
- 1.2.13 Continuaremos a otimizar a velocidade de funcionamento dos diversos sistemas, procedendo bem aos diversos trabalhos de apoio aos sistemas, assegurando o trabalho ininterrupto da investigação criminal. Serão revistos, examinados e fiscalizados em tempo oportuno os mecanismos de segurança dos sistemas informáticos, no sentido de prevenir que a rede informática seja violada.

1.3 Incrementar a unidade de comando e direcção operacional

Para corresponder ao desenvolvimento rápido da sociedade, pretendemos o reforço permanente da coesão policial no sentido de melhor servir o cidadão. Para tanto reforçaremos o comando unificado das operações policiais. Os SPU incrementarão as suas atribuições de comando e direcção. Coordenando nos termos da lei, as operações dos órgãos policiais subordinados, tratando e coordenando de forma integrada os trabalhos de investigação criminal para recolher, analisar, tratar e divulgar “inputs” policiais, controlando a execução dos planos de acção, directivas e operações por parte dos organismos subordinados, e avaliando a capacidade de execução. Ao mesmo tempo, no âmbito da cooperação, os SPU estabelecem e orientam os intercâmbios inter-regional e internacional e com o interior da China, sobretudo com as regiões vizinhas, celebrando protocolos ou acordos de cooperação técnico policial.

Portanto, no próximo ano, os SPU incrementarão as suas atribuições de comando e direcção das operações policiais, promovendo que cada vez mais o CPSP e a PJ unam esforços no combate ao crime, sempre que possível orientando esse esforço conjunto de prevenção e repressão da delinquência de acordo com modelos cientificamente estudados, ao mesmo tempo, concentrando o estudo e análise da informação recolhida, assim tirando um melhor proveito das sinergias resultantes do trabalho de pesquisa, o que certamente terá os resultados visíveis, especialmente, no combate à criminalidade. Levaremos a cabo operações policiais conjuntas de dimensão transfronteiriça participando nos trabalhos contra o terrorismo internacional, o que não deixará de se integrar uma nova cultura policial, ligada aos modelos avançados de reforma da administração, ritmada pela elevação da qualidade do serviço prestado.

Para o efeito planeia-se

- 1.3.1 Consolidar modernas culturas de gestão e operação policial. Nas operações policiais é necessário equilibrar a liberdade e a segurança, bem como dar atenção ao papel dos cidadãos nos sistema de segurança interna, aumentando a comunicação entre a polícia e cidadãos. Na gestão, além de reforço da capacidade profissional, desenvolve-se a função de motivação adequada a uma boa gestão do “Stress” profissional.

- 1.3.2 Com vista à prevenção controlo e combate de criminalidade, daremos prioridade à actualização e ao aperfeiçoamento do sistema de informações policiais existente, consolidando o sistema de integração de informações criminais a cargo dos SPU, e estendendo o conceito de segurança pública ao envolvimento dos operadores de segurança privados, atenta a particular realidade actual de Macau.
- 1.3.3 Estudaremos a criação de grupos policiais de intervenção rápida, antecipando a instalação de equipamentos adequados em locais onde se preveja a importância da prontidão de intervenção, o que constitui melhoria do conceito vigente.
- 1.3.4 Para prevenir o aumento da criminalidade, reforçaremos as medidas da prevenção e combate, otimizando os serviços policiais, ao procedendo ao aperfeiçoamento continuo do desempenho de trabalhos policiais.
- 1.3.5 Concentrar as estratégias de combate à criminalidade, desenvolvendo as medidas de prevenção baseadas em prevenção de criminalidade e policiamento comunitário, consolidando o modelo de investigação criminal, salientando as atribuições do CPSP na investigação de crimes leves para ser uma força de patrulha que aproxima os cidadãos. E a PJ encarrega de investigar os crimes mais graves, complexas e organizados.
- 1.3.6 Intensificaremos a manutenção da ordem pública, melhorando o modelo de policiamento comunitário, a fim de resolver as dificuldades dos cidadãos e estudar activamente os serviços a prestar pela polícia. Reforçaremos, através de materiais e equipamentos sofisticados, a fiscalização, inspecção e investigação do tráfico de droga, da posse de arma e produtos perigosos, trabalho e imigração ilegais.
- 1.3.7 Recorreremos à preciosa colaboração dos “media” na passagem da mensagem de sensibilização para atitudes preventivas relativamente aos perigos mais comuns para a segurança, e mantendo canais abertos através dos quais os cidadãos possam colaborar com a policia, trazendo-lhe informação sobre actividade criminosas, o que muito pode contribuir para o especial objectivo da prevenção. Por outro lado, acompanharemos com atenção as mensagens que os cidadãos nos veiculam através dos “media”, tarefa em que empenharemos um esforço de melhoria de relacionamento com o exterior.

- 1.3.8 Prosseguiremos a construção dum complexo policial modernizado para concentrar as forças e integrar a gestão de segurança.

2. Aperfeiçoar a gestão, reforçar a qualificação das Forças Policiais

A consolidação de uma força policial íntegra, capaz, eficaz, disciplinada e profissional desenvolve a necessidade de otimizar incessantemente a administração e a gestão interna, de desenvolver a formação do pessoal, elevar a capacidade de resolução da sua casuística e, permanentemente, manter bons índices de coesão disciplinar, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável da corporação, de prestar serviços que satisfaçam adequadamente as expectativas dos cidadãos, de informar a ideia de “servir melhor os cidadãos”. Portanto, é necessário aperfeiçoar a função de gestão interna das corporações, reforçando gestão, bem como a fiscalização, no sentido da melhorar performance, aferida por critérios de eficácia e integridade, o que constitui um dos objectivos principais para o ano que se vizinha. Por outro lado, será reforçada a comunicação interna, fornecendo-se ao pessoal as medidas adequadas para atenuar a pressão de trabalho, com o objectivo de estimular o moral e criar uma atmosfera harmoniosa de trabalho.

Estudaremos a questão de recursos humanos a curto, médio e longo prazo no sentido de assegurar a suficiência dos recursos humanos, investindo na formação dos agentes de posto superior, médio e de base, revendo o mecanismo de classificação de serviço. De acordo com o Programa da Reforma da Administração Pública, iremos mudar as mentalidades no sentido de que se assimilem a prevalência do interesse público sobre os interesses particulares, elevando os níveis de probidade dos agentes policiais, aumentando o grau de transparência da sua prestação, simplificando os procedimentos administrativos, por forma a poder oferecer um serviço de qualidade, consolidando a relação entre a polícia e os cidadãos. Para manter a estabilidade dos quadros do pessoal, iremos simplificar e acelerar o processo de recrutamento do pessoal. Através do mecanismo de formação em exercício, será formado o pessoal qualificado. Por meio de promoção de serviços de qualidade, consolidaremos a relação polícia/cidadão e aprofundaremos o policiamento comunitário.

2.1 Reforçar o espírito de *integridade*, aperfeiçoar a administração e a gestão

É nosso interesse exercitar junto do pessoal das forças e serviços de segurança um discurso de moralidade e abdicar de condutas que possam colidir com o seu estatuto profissional, dizendo-lhes que a dignidade da farda que vestem se faz muito à custa da forma íntegra como se colocam perante o serviço público. Para assegurar a *integridade* das corporações e organismos das FSSM bem como o seu profissionalismo, eficácia e disciplina, iremos promover uma cultura administrativa voltada para os interesses da população, o que faremos com audácia e coragem, impondo um maior nível de exigência de comportamento e conduta, aceitando a crítica social.

A integridade funcional tem muito a ver como o modelo de gestão que há-de adoptar esquemas de controle interno suportado por regulamentação e outros meios tecnológicos. É nosso dever prover a esse contínuo ajustamento, por forma a que a evolução dos tempos motive também a evolução da polícia, porque só assim poderemos aspirar a um desenvolvimento sustentável, e enquadrado pela necessidade de dar resposta às expectativas dos cidadãos, a cujo serviço estamos, e de sistematização do procedimento administrativo. Portanto, é necessário aperfeiçoar a gestão interna da corporação, reforçando-se a fiscalização disciplinar, no sentido de que se caracterize pela eficácia, capacidade e integridade dos valores que prossegue. Por outro lado, será reforçada a comunicação interna, recomendando-se ao pessoal medidas adequadas a atenuar o “stress” laboral com o objectivo de estimular o moral e criar uma atmosfera harmoniosa de trabalho.

2.1.1 Colaboraremos estreitamente com o CCAC para reforçar o espírito de *integridade*, organizando palestras e cursos sobre o tema da integridade. O pessoal de direcção e chefia deve dar exemplos com a própria conduta na gestão dos seus subordinados, elevando a capacidade de direcção e o nível de gestão, dando importância à ética no recrutamento do pessoal, e reforçando a transmissão de consciência de integridade ao pessoal recém ingressado.

2.1.2 Articular-nos-emos com o trabalho realizado pelo CCAC, aperfeiçoando o mecanismo de supervisão no sentido de evitar que o infrinjam e punindo aqueles que o fizerem.

- 2.1.3 Reforçaremos a fiscalização, esforçando-nos na consolidação do espírito de corpo. Não descuraremos nenhuma das vertentes do controlo da conduta do pessoal como seja o controlo judicial, o controlo gracioso, o controlo interno da corporação.
- 2.1.4 Para elevar a eficiência de trabalho e a consciência da execução rigorosa da lei, o conceito de integridade e regras de conduta serão inseridos nas instruções de trabalho dos agentes policiais. No trabalho e fase de formação, reforçaremos a consciência deontológica, dando ao agente instrumentos de auto-estima que o ajudem a melhor conviver com o cumprimento da lei.
- 2.1.5 A administração da acção disciplinar abrange o castigo e a recompensa devendo pautar-se por critérios de imparcialidade. Elogiaremos todos aqueles que se distinguirem pelo seu desempenho. Por seu turno não deixaremos sem castigo aqueles que infringirem os deveres funcionais, cedendo ao interesse particular em detrimento do interesse público que deverão prosseguir.
- 2.1.6 Relativamente à normalização de gestão, tendo em conta a caracterização de cada serviço, simplificaremos o procedimento administrativo, elevando o grau de transparência da execução e aperfeiçoando o mecanismo de controlo dos recursos públicos, revendo e alterando os procedimentos policiais, com base numa formação ética bem sustentada.
- 2.1.7 Elaboraremos e aperfeiçoaremos as instruções de trabalho para os assuntos policiais da linha frente, incentivando-os a um concreto e eficaz cumprimento das tarefas e à adopção de boas técnicas de comunicação, garantindo-lhes igualmente apoio em situações críticas, o que pretendemos indiciar uma cultura de solidariedade e entajuda.
- 2.1.8 Intensificaremos o mecanismo de comunicação interna para reforçar a coesão da corporação, motivando o uso de canais de comunicação vertical e horizontal. A solidariedade corporativa é muito importante para aliviar o “stress” laboral elevando a motivação do pessoal e melhorando a coesão do grupo.

- 2.1.9 Preocupando-nos com os problemas, dificuldades e pressões encontrados pelo pessoal procurando compreender oportunamente as relações da trabalho e a forma como eventuais problemas pessoais podem afectar a sua prestação profissional, promovendo o apoio psicológico se necessário. A organização de cursos relacionados com o controlo de emoções para aliviar a tensão do pessoal e estimular o seu moral será um dos nossos objectivos. Transmitindo estratégias correctas de gestão.
- 2.1.10 Organizar activamente o pessoal para participar nas diversas actividades de natureza cívica, aumentando a coesão e elevar o espírito de equipa procurando um reforço da imagem em geral é também outro dos objectivos da polícia. Preocupam-nos as dificuldades com que o pessoal se depara no trabalho, preocupação que está no cerne da gestão humanizada que queremos para os nossos recursos humanos.

2.2 Promover um serviço de qualidade e aprofundar a interacção entre a polícia com o cidadão

Desde sempre, o aprofundamento da interacção entre a polícia com o cidadão e a promoção da sua relação com as autoridades de segurança constituem as nossas missões, no sentido de prevenir e combater aos crimes de forma mais extensa e profunda, porque a segurança estabilidade e a harmonia da RAEM dependem dos níveis de confiança dos seus cidadãos. A boa relação da polícia com os cidadão não só ajudam a uma execução mais favorável das suas missões de segurança e operações de investigação, como também o apoio ou informações dadas pelos cidadãos são decisivos para resolução dos casos. A relação harmoniosa entre a polícia e os cidadãos e a ligação estreita com as associações de moradores podem reduzir a taxa de criminalidade, prevenindo e contendo a ocorrência de crimes graves potenciais.

Portanto, continuaremos a reforçar as operações policiais, a prevenção e o combate ao crime, garantindo a tranquilidade dos aglomerados habitacionais, intensificando a comunicação com os cidadãos, transmitindo mensagens de prevenção e procurando meios de fazer com que o público compreenda os trabalhos das corporações e organismos das FSM. Ao mesmo tempo, simplificaremos o processo de

participação dos crimes, fornecendo mais serviços simplificados aos cidadãos com vista à resolução dos seus problemas relativos à área de segurança, no sentido de lhes garantir uma relação harmoniosa com a polícia, assim procurando a confiança pública. Através do aprofundamento da interacção entre a polícia com o cidadão, continuaremos o nosso trabalho devotado à causa pública, no sentido de os cidadãos fiscalizarem a tendência de criminalidade e cumprirem a lei. Isto ajuda a extensão da rede de informações de polícia a toda a cidade, de tal modo que a polícia combata imediatamente os crimes.

As principais medidas que propomos para esse efeito são as seguintes:

- 2.2.1 Nas corporações e organismos das FSM, implementaremos uma cultura de actualização das mentalidades, da criação da ideia de boas práticas policiais, reforçando a ética administrativa e a moral, bem como o espírito de servidor público “servir melhor a população e assumir decididamente as responsabilidades”.
- 2.2.2 Optimizar os procedimentos internos, revendo as formalidades administrativas no sentido de sua simplificação, melhorando o sistema informático. Para articulação com a implementação do plano do governo electrónico, incrementaremos a utilização da operação informática e a network dos trabalhos de segurança, para atingir um objectivo de normalização, razoável, rápido e eficaz, no sentido de aumentar o nível de qualidade da prestação de serviço aos cidadãos.
- 2.2.3 Promoveremos a informatização administrativa, explorando a intranet das FSM, manipulando as bases de dados de forma integrada, a fim de diminuir o pessoal envolvido no tratamento dos mesmos dados, intensificando o sistema de gestão de stocks. Através de uso de intranet, foi simplificado o processo de entrada e saída de documentos e a introdução de dados em informática, no sentido de otimizar o trabalho de gestão administrativa e elevar a eficiência de trabalho.
- 2.2.4 Para articulação com o plano geral de reforma da administração pública do governo da RAEM, continuaremos a implementar novas modalidades de compromisso de serviço no sentido de elevar a qualidade e a eficiência de trabalho.

- 2.2.5 Para implementar as medidas de facilitação aos cidadãos, o Departamento de Trânsito irá instalar uma secção de informações na sala de piquete, destacando o pessoal para atender o público. A PJ planeia a elevação do sistema de participação de crime pela linha aberta 993, continuando a estudar a abertura de mais canais para facilitar aos cidadãos a sua participação na denúncia do crime. O Estabelecimento Prisional de Macau irá alargar o sistema de vídeo-encontro, proporcionado mais facilidade e segurança nas visitas aos reclusos.
- 2.2.6 Para compreender e melhor assimilarmos a opinião dos cidadãos manteremos uma postura interactiva não só com as associações cívicas que os representam, mas também com os media e os demais serviços públicos no sentido de responder rapidamente as expectativas que se mostrarem legítimas e que lhes possam facilitar a vida. Nesse aspecto destacamos, em particular, a iniciativa da PJ, que já tem em funcionamento um grupo de trabalho que vem estudando a relação polícia-cidadão e do qual se esperam os melhores resultados.
- 2.2.7 Tirar o melhor proveito da homepage e publicações das corporações e organismos das FSM para a sensibilização, mantendo-as actualizadas. Por via de homepage serão transmitidas aos cidadãos mensagens sobre as actividades policiais e de prevenção e combate à criminalidade, no sentido de aumentar o grau de transparência de trabalho. Serão redigidos elementos informativos sobre os crimes de burla na rua para os cidadãos tomarem conhecimento, a fim de elevar a consciência de prevenção de burla.
- 2.2.8 A PJ irá enriquecer o conteúdo das suas 2 publicações periódicas, divulgando periodicamente as mensagens sobre os crimes e a segurança junto da sociedade para deixar os cidadãos compreenderem activa, atempada, correta e integralmente as mensagens de segurança pública, elevando a consciência de segurança. Promoverá o reforço da comunicação com os cidadãos, na expectativa de que a iniciativa lhe eleva a consciência da sua importância da sua colaboração.

- 2.2.9 Ouvir amplamente as opiniões e sugestões dos diversos sectores sociais, dando atenção à participação dos crimes por parte dos cidadãos, estudando métodos e medidas contra as novas formas de prática de crimes nas diversas zonas residenciais, constituem formas de promover a participação cívica.
- 2.2.10 Relativamente aos crimes leves que prejudicam a vida e trabalho quotidianos dos cidadãos, além do reforço de operações, aumento de frequência de patrulha e alargamento dos planos de prevenção e combate, intensificaremos a sensibilização para prevenção deste tipo de criminalidade, através de palestras e simpósios informando os cidadãos sobre os métodos usados pelos criminosos advertindo-os de que a segurança também passa pela sua atitude de auto-protecção, do que a articulação com as autoridades é um elemento não negligenciável e fundamental à sua vivência tranquila.
- 2.2.11 Empenhar-nos-emos na intensificação da relação com associações cívicas e cidadãos a fim de reforçar a confiança e cooperação com eles. Através de grupo de trabalho de estuda a relação polícia-cidadão, manteremos uma postura interactiva não só com as associações cívicas que os representam, mas também com os media e os demais serviços públicos. Continuaremos a realizar actividades de policiamento comunitário em conjunto as diversas associações cívicas e organismos, levando também a cabo o dia temático para actividades e comemorações de grande envergadura, para além de outras iniciativas conjuntas com as associações de moradores, como sejam a exibição da Banda Música do CPSP, a sensibilização para o combate da droga.
- 2.2.12 Serão realizadas actividades temáticas de combate conjunto ao crime, sobretudo reforçando a sensibilização dos turistas e a população escolar, no sentido de promover medidas que facilitem os cidadãos e abrir canais de participação, reforçar a sensibilização de prevenção de crime e criar uma confiança mútua de relação polícia/cidadão. Serão distribuídos desdobráveis em feriados junto das associações cívicas, organismos, edifícios, postos fronteiriços e em lugares mais frequentes dos turistas, tudo para aumentar a consciência de prevenção de crime.

- 2.2.13 A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM) irá participar de forma activa na exposição sobre o ensino superior a realizar em Macau, bem como em diversas actividades cívicas, organizando em conjunto com as associações juvenis algumas actividades de férias, para reforçar e afirmar a imagem da instituição junto da população.
- 2.2.14 Relativamente à questão juvenil, através de cooperação com os demais serviços públicos, escolas e associações cívicas, continuaremos com as acções de sensibilizações para os jovens, prestando atenção e apoio à resolução dos problemas de angústia suscitados no decurso do crescimento dos jovens, que contribuem para o aumento da probabilidade de prática de crimes por parte de jovens. O grupo de acompanhamento dos jovens da PJ irá continuar a prevenção de delinquência juvenil, incluindo a ligação com os assistentes sociais nas escolas, proceder à elaboração de panfletos de sensibilização de prevenção de delinquência juvenil, e à realização de actividades promotoras de conhecimentos jurídicos, a fim de apoiar os jovens na formação da consciência de cumprimento da lei e da elevação dos valores da humanidade.
- 2.2.15 Prestaremos a maior atenção ao abuso de drogas por parte dos jovens, reforçando a fiscalização nos estabelecimentos nocturnos bem como dos pontos de contacto com o exterior, não descurando também a colaboração com a polícia do interior da China, sem esquecer a aposta naqueles que estejam disponíveis para perceber a dimensão do flagelo da droga.

2.3 Acelerar o recrutamento do pessoal qualificado para FSM através do mecanismo de formação

Com a evolução dos modelos de sociedade em rumo à globalização da economia, a liberalização do sector do jogo e o desenvolvimento rápido do sector de turismo, a economia e o quotidiano da população de Macau está em plena efervescência. Com o desenvolvimento rápido da sociedade de Macau, os recursos humanos tornam-se cada vez mais escassos. Para corresponder a este crescimento as corporações e organismos das FSM necessitam de mais pessoal qualificado para desempenhar as importantes e complicadas atribuições que lhes estão cometidas. Sendo, inegável que enfrentamos alguma escassez de recursos humanos num mercado de emprego limitado e competitivo. Para assegurar a suficiência dos recursos humanos das corporações e organismos das FSM e garantir a sua estabilidade e o seu desenvolvimento sustentável, é necessário de forma constante recrutar, formar e movimentar o pessoal qualificado.

Os serviços de segurança têm a seu cargo a missão de garantir de tranquilidade da sociedade e de protecção dos cidadãos. No processo de recrutamento e selecção do pessoal, persistimos numa selecção qualificada. Além de habilitações académicas, e da capacidade física e psicológica, a avaliação da conduta moral dos candidatos ocupa uma posição importante. Continuaremos a acelerar e aperfeiçoar o procedimento de recrutamento do pessoal, segundo um modelo condicionado à formação profissional específica e especializada.

O pessoal das corporações e organismos das FSM deve possuir conhecimentos de largo espectro para poder responder às exigências dos cidadãos e cumprirem a sua missão com eficácia. No próximo ano prosseguiremos o esforço de desenvolvimento de mecanismos de formação, tendentes a elevar a capacidade do pessoal e dotando-o de valências adequadas. Tiraremos o máximo rendimento dos estabelecimentos de ensino, concretamente das funcionalidades das ESFSM, da Escola da Polícia do CPSP, da Escola da Polícia da PJ e da Escola de Bombeiros para facultar a aprendizagem adequada aos diversos níveis de intervenção do pessoal das forças e serviços de segurança.

- 2.3.1 Elaborar o programa de formação e organizar os cursos em função de necessidades reais de Macau. Através de diversas instituições de ensino, elaboraremos o programas de formação a curto e longo prazo, redigindo o manuais de formação adequados à realidade, utilizando o modelo flexível e pluralista de formação, que introduza os formados em temas de cultura e ética, de conhecimentos técnico-profissionais e capacidade psico-física para os seu bom desempenho.
- 2.3.2 Para satisfazer as necessidades de trabalho, a ESFSM no próximo ano continuará a ministrar os CFO dos Bombeiros e do CPSP. Irá preparar para participar na Expsição Conjunta do Ensino Superior.
- 2.3.3 Quanto ao curso de promoção, tendo em conta as necessidades reais, abriremos ainda os cursos de promoção de chefes de polícia e de bombeiros, de promoção de sub-chefes de polícia e de bombeiros, de promoção de guardas principais e bombeiros principais, facultando formação profissional complementar.
- 2.3.4 Prosseguiremos, através da realização dos 10.º e 11.º CFI, o recrutamento e formação de pessoal para as carreiras de base das FSM. Continuaremos a ministrar os curso de formação em exercício para elevar a capacidade profissional e a eficácia de trabalho.
- 2.3.5 A PJ necessita de grande número pessoal de investigação criminal para desempenhar funções. Portanto dará particular atenção ao recrutamento de pessoal de investigação criminal e de pessoal de apoio à investigação criminal. Por outro lado, a PJ levará a cabo um programa de promoções segundo o mérito do respectivo desempenho, o que contribuirá simultaneamente para promover a qualificação e ainda para estimular a moral do pessoal.
- 2.3.6 A PJ organizará cursos profissionais para investigadores criminais que estão em condições para promoção, convidando especialistas, estudiosos dos serviços policiais locais, do interior da China e Hong Kong, ou de outros organismos, nomeadamente, o Ministério Público e Tribunal de Macau, o Instituto de Polícia Criminal da China, a Universidade de Polícia de Segurança Pública Popular da China e especialistas das polícias de Cantão e de Hong Kong.

- 2.3.7 As subunidades do CPSP organizarão diversas acções de formação em função da sua necessidade. Com base no elevado e versátil plano de exigência profissional em que se colocam, promoverão acções de formação prática e profissional, permitindo seu pessoal aumentar os conhecimentos profissionais e incrementar a qualidade de serviço no sentido de reforçar a eficiência de trabalho.
- 2.3.8 No sentido de promovermos melhor tratamento dos casos, iremos actualizar e consolidar os conhecimentos jurídicos do pessoal, organizando periodicamente cursos de conhecimentos jurídicos e policiais, destacando o pessoal de linha frente para participar em cursos de sistema jurídico, de investigação criminal, de técnica de interrogatório, bem como cursos de inglês e mandarim.
- 2.3.9 Para garantir as operações de segurança nas actividades de grande envergadura comemorativas da transição de soberania, o Grupo de Protecção de Altas Entidades e Instalações Importantes irá reforçar os diversos treinos, organizando 12.º curso de Protecção de Altas Entidades e Instalações Importantes, 6.º e 7.º curso de polícia de choque com duração de 8 semanas, no sentido de deixar os polícias dominarem os conhecimentos nesta área e aumentar as suas capacidades.
- 2.3.10 O CPSP irá em conjunto com os outros serviços organizar cursos de controle de emocional e de trabalho em equipa no sentido de atenuar as pressões do pessoal. Para implementar as linhas de acção governativa da RAEM e cumprir os programas reconhecidos pelo compromisso de serviço, irá organizar uma série de cursos sobre essa temática incluindo palestras cursos de serviço de qualidade e de gestão de qualidade destinados à divisão, ao comissariado, à chefia de categoria de secção responsáveis pela coordenação de compromisso de serviço e seu trabalhadores, bem como curso de reconhecimento e avaliação de compromisso de serviço melhor ajudar os auditores ao respectivo “follow up”.

- 2.3.11 O Grupo de Operações Especiais irá elevar a qualidade profissional, reforçado o treino em ambiente real para reagir os acontecimentos imprevistos. Irá organizar em conjunto com o Aeroporto, Companhias de Navegação e os SA, o exercício neutralização de meios de transporte marítimo e aéreo. Para assegurar os trabalhos de segurança nas actividades de grande envergadura comemorativas do 10.º aniversário da transição de soberania, irá reforçar a preparação e treino respectivos. Serão destacados elementos do Pelotão Cinotécnico para frequenter cursos de cinotecnia visando a detecção de droga e explosivos, bem como o patrulhamento, para o que se convidarão especialistas de Portugal.
- 2.3.12 O Serviço de Migração do CPSP irá organizar grupo de trabalho vocacionado para a formação profissional, elaborando programa de cursos e seleccionando os formadores, permitindo que este serviço conte com os materiais de ensino sistemáticos, para além de se planear organização, em conjunto com o Departamento de Migração do Ministério de Segurança Pública, de um estágio para os oficiais. Além disso, destacaremos agentes qualificados na verificação de documentos para receber a formação e estágio profissional de longa duração de verificação de documentos a fim de obter a qualificação reconhecida internacionalmente.
- 2.3.13 Reforçar a colaboração com os institutos e as instituições de ensino superior quer da China quer do estrangeiro, fazendo intercâmbio académico com os serviços congéneres, realizando visitas de estudo e destacando o pessoal para participar em seminários, conta-se entre os nossos planos de contacto com experiências avançadas.
- 2.3.14 Estimular o pessoal para que se mantenha em aprendizagem continua aproveitando o tempo livre para prosseguir os estudos no sentido de desenvolver as suas potencialidades. Implementar o espírito de “aprendizagem permanente” e “auto-valorização”. Motivar o pessoal a aprender e desenvolver-se constitui assim um dos nossos objectivos principais, cientes que estamos de que só assim a qualidade profissional das corporações se pode afirmar.

- 2.3.15 Manter e reforçar o treino de físico e de técnica policial do pessoal, incrementando as suas capacidades, porquanto a boa forma física é essencial para satisfazer as necessidades resultantes dos trabalhos policiais e resistir às pressões.
- 2.3.16 Ministraremos formação profissional para os bombeiros em função da realidade actual do desenvolvimento urbano, por exemplo, relativos à salvação em altura, em espaços amplos e em desmorosamento assim como o socorro em acidentes em local de obras, incêndios em túnel, entre outros, no sentido de elevar as capacidades de comando e de salvamento para o pessoal superior e, bem assim, para o subalterno.
- 2.3.17 Empreenderemos treinos de fogo real e simularemos acidentes como plano de treino, a fim de melhorar as aptidões nos trabalhos de salvamento e reforçaremos os conhecimentos da Lei do Trânsito Rodoviário por parte de agentes e avaliando periodicamente os condutores.

3. Manter a ordem rodoviária, garantir a segurança rodoviária

Garantir a fluidez e a segurança rodoviária nas zonas com congestionamento constituem uma das missões da polícia. Mais do que reprimir, daremos atenção, no próximo ano, aos trabalhos de prevenção, mantendo uma permanente actuação em prole do cumprimento de lei, educando e sensibilizando os cidadãos, alcançando assim, o nosso objectivo através de uma boa articulação entre a sanção e a sensibilização, mantendo a segurança rodoviária, reduzindo a ocorrência de acidente e promovendo a sensibilização. Iremos articular-nos activamente com os respectivos serviços, que se ocupam dos assuntos rodoviários para reforçar a execução da lei nos pontos mais próprios a acidentes. Articulando-se com os sistemas de dados e informações, procederemos, de forma mais extensiva e eficaz, às operações de interceptação regular, recorrendo aos existentes, ou a futuros sistemas de controle de velocidade em pontos fixos, bem como sistema de radares móveis, para assim combater as manobras ilegais e outras condutas perigosas que põe em risco a vida e integridade física dos demais utentes rodoviários.

- 3.1 Planearemos a criação de equipas especiais para acidentes rodoviários no sentido de recolher e preservar provas e investigar “in loco” sendo que aos elementos seleccionados para integrarem tais equipas serão ministrados conhecimentos e técnicas adequadas.
- 3.2 Para articulação com a entrada em vigor da lei do trânsito rodoviário, implementaremos trabalhos de execução e ordenamento de gestão rodoviária, autuando as condutas infractoras, esforçando-nos em melhorar a situação de estacionamento desordenado de viaturas, assegurando a fluidez rodoviária.
- 3.3 Tomaremos medidas rigorosas contra a recusa de transporte ilegal de passageiros bem como contra as burlas de que estes por vezes são vítimas por parte de condutores menos escrupulosos, no sentido de evitar que essas condutas irregulares influenciem negativamente a imagem da cidade turística que é Macau.
- 3.4 Procederemos as operações especiais para autuar a condução alcoólica e não utilização do cinto de segurança.
- 3.5 Será destacado o pessoal para os locais importantes e cruzamentos para controlar e manter a fluidez de trânsito, a fim de assegurar a boa ordem rodoviária.
- 3.6 Com o incremento da rede viária e a instalação de casinos de grande envergadura, o fluxo das viaturas aumentou, prevendo-se que aparecerão novos pontos negros de acidentes. Por isso, reforçaremos o patrulhamento com vista a autuar os infractores.
- 3.7 Através do melhoramento do procedimento administrativo e da estrutura informática, resolveremos o problema do procedimento administrativo resultante da aplicação da lei do trânsito rodoviário, estudando a viabilidade de cobrança de multas por banco electrónico.

4. Prestar os serviços eficazes e qualitativos de migração (saída e entrada)

Os postos fronteiriços são considerados como ponto de ligação com o exterior e janela pela qual os estrangeiros vêem Macau. o nível de serviços de migração não só revela a qualidade de corporação como também deixa, em quem nos visita, uma imagem sobre Macau. O grande fluxo de passageiros e de mercadoria leva a que questões relacionadas com a migração se tornem cada vez mais árduas. Tudo se tem feito para aumentar a qualidade e eficácia do serviço facilitando-o e promovendo uma atitude cortesia que agrada ao visitante, no sentido de fomentarmos não só a fluidez de passagem de visitantes e mercadorias, mas também tomarmos medidas eficazes para conter as ilegalidades.

O Serviço de Migração continuará a implementar várias medidas para acelerar a passagem pelos postos fronteiriços e atenuar a pressão resultante do fluxo crescente. Quanto às infra-estruturas e equipamentos, estão a decorrer as obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, os canais do sistema de auto-passagem e os balcões de verificação de documento serão aumentados consideravelmente após a remodelação, intensificando a sua capacidade de funcionamento e poupando os recursos humanos. Para além de tomarmos uma série de medidas destinadas a assegurar a fluidez da passagem pelos postos fronteiriços, serão implementadas programas informáticos visando facilitar a vida a quem nos visita.

- 4.1 Estão a decorrer as obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, os canais do sistema de auto-passagem e os balcões de verificação de documento serão aumentados, o que ajuda a atenuar a pressão resultante do fluxo crescente.
- 4.2 Para articulação com o plano de instalação da passagem automática nos postos fronteiriços das Portas do Cerco, do Porto Exterior, de Flor de Lótus, o Serviço de Migração fará o acompanhamento em tempo oportuno e apoiará o trabalho de coordenação fiscalização, e ministrará a respectiva formação dos agentes dos postos fronteiriços.

- 4.3 Unificaremos os carimbos de migração utilizados nos postos fronteiriços, sendo identificados com cor diferente, para simplificar o procedimento de trabalho, e controlar de forma sistemática e mais clara, estudando a exploração do sistema de autorização de permanência para verificar rápida e exactamente os documentos. Prosseguiremos o estudo de um novo modelo do título de trabalhador não residente e um conjunto de valências a ele ligadas. O novo modelo será de portabilidade mais acessível e de difícil falsificação vindo consubstanciar melhor articulação com a nova legislação laboral.
- 4.4 Para facilitar a consulta dos cidadãos, planearemos no balcão de atendimento um sistema de gravação telefónica no sentido de reduzir o volume de trabalhos dos agentes. Por outro lado, estudaremos e atenderemos a título experimental as chamadas telefónicas dos cidadãos fora de horário de funcionamento.
- 4.5 Unificar e normalizar os modelos dos recibos relativos a petições e outros efeitos pretensões submetidos a apreciação pelos particulares integrando-os o mais possível. Implementar a título experimental o sistema “listagem electrónica”, que consiste em que os requerentes transmitam, através da troca de dados, as suas informações à polícia que as guarda e trata directamente. Informatizar o arquivo de dados pessoais para facilitar os processos de emissão de títulos de trabalhadores não-residentes, bem como o tratamento de pedidos de permanência e residência.
- 4.6 Divulgar os resultados dos requerimentos através de vários canais, por exemplo através do upload dos resultados na Internet, a consulta por telefone, SMS, e a consulta pessoal; e, ainda, tornar acessível aos utentes o download de requerimentos através da internet. Explorar o software para otimizar o arquivamento de dados por processos informáticos. Tendo em conta a diversidade dos documentos de identificação do interior da China, melhoraremos adequadamente as medidas de sua verificação para assegurar a fluidez do trabalho dos postos fronteiriços.

- 4.7 Aproveitaremos cabalmente o mecanismo de cooperação policial entre os postos fronteiriços entre Zhuhai e Macau, reforçando a cooperação policial, resolvendo de forma prática, rápida e eficaz os problemas encontrados pelos cidadãos de cada uma das proveniências, a fim de assegurar a fluidez da passagem pelos postos fronteiriços e a boa segurança.
- 4.8 Para assegurar o funcionamento normal dos postos fronteiriços no pico de feriados mais longos, continuaremos a tomar e melhorar medidas destinadas a desobstruir o fluxo dos passageiros, a saber: mobilização de pessoal, negociação com os empresários para coordenação de passagem pelos postos fronteiriços dos trabalhadores que vêm do interior da China, ligação com as agências de viagem para os trabalhos preparatórios de passagem pelos postos fronteiriços dos turistas, e reforço da coordenação entre a polícia de fronteira do interior da China para reservar vias de escoamento de veículos, em caso de necessidade.
- 4.9 Relativamente à formação do pessoal e aos recursos humanos, continuaremos a abrir cursos profissionais destinados a elevar a sua formação jurídica específica e a sua eficiência na verificação de documentos de identificação, para além de formação que contribui para melhorar a cortesia e técnicas de atendimento, bem como para incrementar os conhecimentos da língua inglesa e mandarim, no sentido melhorar a performance dos agentes policiais de linha frente.

5. Promover a facilidade de comércio, criar o novo modelo de fiscalização dos SA

Com a implementação do CEPA e da cooperação regional de Pan Delta do Rio das Pérolas, oferecem-se mais oportunidades para as actividades comerciais entre o interior da China e Macau. Na verdade, adaptar e servir dinamicamente o desenvolvimento a logística moderna e do comércio externo para promover a facilidade de comércio constituem objectivos que emergem das atribuições dos SA.

Portanto, os SA em articulação com o desenvolvimento económico da RAEM reforçarão as medidas alfandegárias, melhorando o processo de desalfandegamento e os seus equipamentos hardware o que será levado a cabo em articulação com o reforço dos recursos humanos e através da exploração das virtualidades que lhe proporcionam a ciência e a tecnologia, prevenindo e contendo actos de burla alfandegária, actividades de tráfico ilícito e protegendo a propriedade intelectual. Inovar o regime de fiscalização dos SA visando a facilitação do tráfego aduaneiro, sem prejuízo da lei do comércio externo é um dos objectivos programáticos para o próximo ano.

Os SA prosseguirão o seu esforço de modernização em articulando com as praxes internacionais, criando modelos de fiscalização céleres e eficazes de processamento aduaneiro. Estamos convictos de que sob a orientação do Governo da RAEM e os esforços dos demais operadores das economia de Macau saberemos acompanhar as novas oportunidades que se abrem ao ritmo do crescimento.

- 5.1 Continuamos a acompanhar a programação das obras de construção da nova sede dos SA na Taipa.
- 5.2 Acompanharemos a mudança das instalações para o novo edifício do comando do Departamento de Inspecção Marítima da Ilha Verde e o novo armazém alfandegário, o posto de patrulhamento dos SA será mudado da sede dos SA para o novo edifício referido, o que resultará na melhoria da capacidade de inspecção marítima dos Serviços de Alfândega e no alívio da pressão resultante do estado dos produtos retidos e armazenados pelos Serviços de Alfândega.
- 5.3 Em relação do desenvolvimento dos assuntos alfandegários, os SA continuam a negociar e realizar com a Direcção Regional de Guangdong da Administração Geral dos Serviços da Alfândega da RPC as medidas que facilitem a passagem alfandegária, sobretudo o uso de documento unificado de declaração alfandegária e fechadura verde nos postos fronteiriços terrestres, fazendo com que as mercadorias possam ser verificadas apenas uma vez na passagem de dois postos fronteiriços.

- 5.4 Intensificar e melhorar as medidas de inspeção aduaneira, reforçar a troca de informações com a polícia de Macau, os serviços de alfândega e policiais das regiões vizinhas, no sentido de reprimir o tráfico ilícito e o transporte ilegal, combatendo os crimes transfronteiriços como o tráfico de drogas, e ao mesmo tempo, em conciliação com os trabalhos de controlo sanitário dos serviços competentes, garantir a higiene e segurança dos alimentos importados.
- 5.5 Em articulação com o processo de ampliação do Edifício do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, o posto dos SA no Terminal do Aeroporto Internacional de Macau será remodelado para uma zona de verificação alfandegária dos SA, bem como serão reestruturadas as instalações do posto dos SA no Porto Interior, no sentido de melhorar o procedimento de verificação alfandegária.
- 5.6 Avaliando os efeitos de funcionamento da viatura ambulante com Raio X, tomaremos em consideração da viabilidade de aquisição de mais um equipamento desta funcionalidade, a fim de elevar a eficiência de verificação alfandegária.
- 5.7 Quanto à patrulha marítima e costeira, os SA, em parceria com os serviços de posto fronteiriço do interior da China, empenhar-se-ão na fiscalização das embarcações clandestinas, recambiando-as para a origem sempre que tal medida se impuser.
- 5.8 Negociaremos com a Capitania dos Portos a viabilidade da construção do terceiro navio de patrulha e as medidas de melhoramento.
- 5.9 Aceleraremos modernização de embarcações no sentido de elevar a eficácia da frota no combate à imigração clandestina, ao tráfico ilícito e ainda no salvamento de pessoas.
- 5.10 Na área dos recursos humanos, aumentaremos o quadro do pessoal e o recrutamento de novos agentes alfandegários, com vista a acompanhar o desenvolvimento dos serviços aduaneiros, bem como o aumento dos verificadores alfandegários a aposentar.

5.11 No âmbito da protecção da propriedade intelectual, os Serviços de Alfândega irão cumprir rigorosamente as suas atribuições e competências, reforçando as adequadas medidas de prevenção e de investigação, combatendo os diversos actos de violação, como pirataria das fotocópias e de outros bens de consumo.

6. O Corpo de Bombeiros evolui com o desenvolvimento da cidade, intensificando a capacidade de socorro e salvamento.

Oproxima-se a comemoração do 10.º aniversário do estabelecimento do Governo da RAEM, e sob o desenvolvimento dinâmico do sector dos jogos, a economia de Macau desenvolve-se rapidamente, existindo uma atmosfera próspera nos diversos sectores empresariais. O aumento rápido do número da população de Macau e do número de turistas e a sucessiva instalação dos estabelecimentos de casino em grande envergadura e hoteleiros, fez de Macau uma cidade incontornável nos roteiros do turismo internacional.

Com a promoção do programa da ponte de Hong Kong, Zhuhai e Macau, o transporte marítimo, terrestre e aéreo contribuem em enorme escala para o desenvolvimento da cidade. Com a introdução do gás natural em Macau e a construção em altura e a conclusão progressiva das obras de infra-estruturas de grande envergadura, determina mais desafios para o CB, responsabilidade que a corporação vem assumindo progressivamente. Perante tal situação, a corporação procura antecipar-se melhorando a formação do pessoal, os equipamentos, a técnica de segurança de prevenção de incêndio, os planos de contingência e as estratégias de resposta aos acontecimentos, elevando e inovando a capacidade profissional no sentido de emparceirar com a evolução e desenvolvimento de Macau.

O CB que se encarrega da prevenção contra incêndio e salvamento, está pronto a responder a ocorrências de qualquer tipo de incêndio ou outro sinistro que possa pôr em causa a segurança do desenvolvimento da sociedade. Para atingir o objectivo de melhoramento do seu trabalho e de articulação com o desenvolvimento da sociedade, o CB definiu para o próximo ano, programas concretos de dispositivos nas áreas de operação de prevenção contra incêndio, de gestão do pessoal, de formação e, bem assim de infra-estruturas e equipamentos.

Por outro lado, elevar a qualidade e eficiência do trabalho de protecção civil e reforçar a capacidade de prevenção e combate das catástrofes e dos incidentes imprevistos constitui igualmente uma importante parte dos objectivos que caminham para a garantia do serviço público. O sismo ocorrido na Província Sichuan causou danos sem precedentes, o que nos inspirou uma forte consciência de prevenção e teve como consequência a elaboração dos planos de contingências específicas, consolidando o mecanismo de prevenção, no sentido de elevar as capacidades de prestação de socorros e de salvamento.

6.1 Aperfeiçoar o planeamento dos diversos actos operacionais

- 6.1.1 Tendo em conta o congestionamento rodoviário resultante das obras de construção de metro ligeiro e do crescimento das viaturas em circulação iremos fazer avaliação periódica e tomar as medidas de reacção rápida traduzidas das vantagens de mobilidade dos motociclos, equipando-os com kit's de primeira intervenção de emergência, assim minorando as eventuais difinalidades de acesso dos meios de maior parte, diminuindo também os riscos de agravamento da situação objecto de socorro.
- 6.1.2 Em articulação com desenvolvimento da cidade, promoveremos exercício nas instalações de grande envergadura, sobretudo visando simular acções combate ao fogo através de viatura com uma plataforma de 68 metros, tudo no sentido de não sermos surpreendidos com situações imprevistas, no caso de alguma ocorrência.
- 6.1.3 Estudaremos a criação dum grupo especial para responder os acontecimentos imprevistos especialmente os que tiverem origem em desmorosamentos, túneis, sismo ou sejam provocados por sismos, tudo no sentido de a perfeiçoar a prontidão e treinar as capacidades.
- 6.1.4 Observaremos a chegada e progressos de instalação e consumo do gás natural em Macau, avaliando em tempo oportuno o respectivo risco e tomando as medidas respectivas.
- 6.1.5 Tendo em conta o desenvolvimento rápido do COTAI, iremos reforçar a protecção e apoio por parte de bombeiros.

- 6.1.6 Em colaboração com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, reforçaremos a prevenção do fogo nas montanhas e a disposição de água para incêndio.
- 6.1.7 Aperfeiçoaremos os planos de contingências sobre as construções antigas e históricas, cooperando com respectivos gestores na prevenção contra incêndio.
- 6.1.8 Continuar a cooperação com os serviços de saúde e afins por forma a se manterem em permanente actualização as questões médicas mais prementes, reforçando a prevenção de doenças epidémicas e contagiosas, tomando medidas para assegurar a segurança do pessoal da linha frente e da sua capacidade de salvação.
- 6.1.9 Continuará a reforçar a sensibilização no sentido de não abuso dos ambulância e estudando em conjunto com os serviços respectivos as medidas de prevenção dessas práticas fraudulentas, avaliando ao mesmo tempo os equipamentos necessários ao desenvolvimento de ambulância.
- 6.1.10 Assegurar o trabalho de segurança para diversas actividades importantes em Macau, especialmente as comemorativas do 10.º aniversário da transição de soberania.
- 6.1.11 Aperfeiçoar os equipamentos do centro de controle, em articulação com o sistema de fiscalização electrónica rodoviária, no sentido de o centro de controle organizar de forma eficaz os recursos e apoiar a função de comando.

6.2 Medidas de prevenção de incêndios e estratégica de actividade de sensibilização

- 6.2.1 Tendo em conta diferentes factores de incêndio nos aglomerados habitacionais, analisaremos especialmente a mudança de costume de vida e de uso de electricidade derivada do desenvolvimento rápido de economia. Vamos levar a cabo campanhas de educação e sensibilização de prevenção de fogo, organizando activamente em conjunto com as escolas, sectores sociais e associações, as palestras sobre prevenção de fogo, no sentido de elevar a consciência de preventiva e de auto-socorro dos cidadãos.

- 6.2.2 Para prevenção do fogo, planear a realização de inspecção periódica dos hotéis e casinos de grande envergadura, exortando a manter em permanência as instalações em bom funcionamento.
- 6.2.3 Avaliar de forma concentrada e promover a normalização de reconhecimento profissional de testes de materiais contra fogo e a sua função contra fogo.
- 6.2.4 Em articulação com as estratégias do sector do turismo, serão elaborados projectos de prevenção do fogo para a “zona histórica de Macau”, e ministrada formação de prevenção de fogo junto de respectivo pessoal.
- 6.2.5 Participaremos activamente em seminários de serviços de bombeiros à escala mundial, adquirindo as mensagens avançadas de técnica de prevenção de fogo em articulação com o aperfeiçoamento do Regulamento de Segurança contra Incêndios por serviços competentes.

6.3 Reforçar o mecanismo de coordenação de segurança

- 6.3.1 Através do estabelecimento da estrutura do Centro de Protecção Civil, elevar a capacidade de comando e de coordenação, garantindo a segurança pública, prevenindo as calamidades e desenvolvendo rapidamente os trabalhos de comando e salvamento no sentido de dar resposta em situação de crise, bem como à reposição dos equipamentos afectados no seu estado normal de funcionamento, quando afectados pelas ocorrências.
- 6.3.2 Sendo o Gabinete Coordenador de Segurança um serviço que funciona diariamente e se responsabiliza pelo planeamento geral de segurança interna, competir-lhe-á o plano de segurança e trabalhos preparativos conforme as necessidades da sociedade, reforçando a coordenação de protecção civil, promovendo a definição dos planos de emergência na sua generalidade e dando resposta ao plano de contingência sobre os incidentes públicos, a calamidade, catástrofe, a higiene pública e a segurança da sociedade.

- 6.3.3 Prosseguir o alargamento da cobertura da estrutura da protecção civil, encorajar mais organizações cívicas, órgãos privados e outros serviços governamentais a colaborar nos trabalhos de protecção civil e ingressar na respectiva estrutura.
- 6.3.4 Na situação de calamidade como o tufão e chuvas torrenciais, activar de imediato o Centro de Protecção Civil, intensificando a cooperação e a ligação com os serviços meteorológicos e os órgãos de comunicação social, obtendo os dados de ciclone, chuva torrencial, trovado e de tsunami atempadamente, divulgando as informações de protecção civil, adoptando medidas adequadas para facilitar a população, diminuindo os prejuízos que podem ser causados pela calamidade.
- 6.3.5 Promover activamente as actividades de sensibilização para prevenção de tempestade tropical e de inundação, organizando exercícios de protecção civil face às diferentes situações de calamidade, cooperando com os respectivos serviços e organismos no sentido de definir o plano de prevenção, e reacção em caso de pandemia ou propagação de doenças infecto-contagiosas em Macau, a fim de reforçar a coordenação das diversas etapas dentro da estrutura, efectuando avaliação e melhoramentos sobre a capacidade de protecção civil.

7. Inovar o modelo de gestão do Estabelecimento Prisional de Macau, aperfeiçoar as suas funções de vigilância e de reinserção

O EPM tem por missão a execução das medidas privativas da liberdade e de segurança aplicadas pelos Tribunais na RAEM, apoiando a reinserção social dos reclusos. No desempenho dessa tão importante missão o EPM vem de há anos acompanhando e realizando aquilo que resulta da orientação e constantes das Linhas de Acção do Governo, dando assim resposta à questões que, quanto a esta matéria lhe coloca o rápido desenvolvimento da sociedade.

Para acompanhar a evolução é necessário um aperfeiçoamento contínuo quer no plano da vigilância, da reintegração social, das medidas de facilitação e na administração interna, etc.. Por isso, o EPM irá consolidar a sua política de gestão, dando rigor à organização dos recursos humanos, estimulando a auto-valorização do pessoal, simplificando o processo de trabalho, recorrendo às tecnologia avançadas, melhorando e equipamento e reforçando a cooperação com o exterior.

O EPM não pode ignorar a evolução dos tempos, iniciando a substituição dos modelos de gestão antigos por modelos mais funcionais. Os desafios que se deparam ao EPM, serão enfrentados com a qualificação e capacitação permanente dos serviços de apoio através de uma maximização do potencial dos recursos humanos.

- 7.1 Para uma melhor reinserção social dos reclusos, o EPM irá manter a estreita cooperação com outros serviços públicos, entidades académicas e associações voluntárias. Aumentando o espaço e instalações de aprendizagem, estimulando os reclusos a participarem nas actividades de reintegração social, organizando uma série de palestra para os reclusos, tais como, a palestra sobre a liberdade condicional, sobre a reinserção social, sobre a gestão stress funcional, etc., elevar-se-á a iniciativa de aprendizagem através da dinamização de núcleos, por exemplo, o núcleo de interesse de leitura, o núcleo de prevenção do jogo, e o núcleo de conhecimento de flagelo de droga, entre outros.
- 7.2 Criar vários cursos de formação adequada às necessidades actuais para intensificar a capacidade de subsistência depois da libertação, por exemplo, a formação de camareiros de hotel, de técnicos cosmética, de vendedor, etc., sempre com a preocupação de a cada acção corresponder um certificado de formação profissional.
- 7.3 Para a saúde física e psicológica dos reclusos, realizar várias actividades recreativas, por áreas de interesse como actividades competitivas, e festas de convívio. Com o objectivo de divulgar a dedicação, trabalho de estudo daqueles que estão em reclusão prosseguiremos a organização de exposições temáticas.

- 7.4 Consolidar a gestão, elevar a qualidade dos guardas prisionais, aperfeiçoar o procedimento de trabalho, instalar aparelhos electrónicos para reforçar os trabalhos de segurança do EPM. Iremos criar Grupo de Gestão e Acompanhamento de Zona de Celular, no sentido de incrementar a segurança e a gestão sanitária nas celas.
- 7.5 Para que os recursos humanos possam acompanhar o evoluir do Estabelecimento serão abertos concursos de promoção a subchefe e guarda principal, no sentido de reforçar a gestão hierárquica, e serão recrutando novos guardas para preencher as vagas do quadro de pessoal assim atenuando a pressão do excesso de trabalho.
- 7.6 Incrementaremos a formação específica para guardas prisionais, organizando o intercâmbio com o exterior para alargar as perspectivas sobre a natureza de trabalho da cadeia.
- 7.7 Manteremos em permanente observação os procedimentos com vista ao seu aperfeiçoamento. Na zona das celas, serão aumentados os aparelhos electrónicos, tais como, as máquinas de leitura de impressões digitais e de leitura de cartão, no sentido de reforçar a eficiência e exactidão de trabalho.
- 7.8 Optimizar o sistema de gestão de reclusos no sentido de elevar a exactidão e eficiência. Através das técnicas do sistema de gestão informática sofisticada, queremos atingir o objectivo de reforçar a segurança e eficiência dos sistemas. Ao mesmo tempo, irá criar-se o sistema de gestão de chave electrónica, através da qual é registado o tempo de utilização por cada agente, de uma forma individualizada e identificada.
- 7.9 Para articulação com o futuro desenvolvimento da obra de construção do novo Estabelecimento Prisional, o EPM irá realizar uma série de trabalho preparatório, incluindo, a criação de grupo para a transferência de reclusos para a nova cadeia que iniciarão o planeamento da operação, a colocação de instalações e equipamentos, a organização dos recursos humanos, ensaiando ainda a título experimental, o sistema de vigilância posicional electrónica a fim de se projectar antecipadamente as futuras aplicações a usar no novo estabelecimento.

- 7.10 Optimizar a gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais tem vindo a ser um trabalho importante e constante para o EPM. Iremos promover progressivamente o compromisso de serviço interno. Os itens a realizar inicialmente são o pedido de Acesso a Cuidado de Saúde e a emissão de 2.^a via de Cartão de Trabalho. O EPM irá actualizar periodicamente os dados do pessoal no sentido de assegurar a exactidão dos arquivos e ficheiros. Por outro lado, irá avaliar a duração dos bens materiais do EPM, incluindo, a zona das celas, o edifício de administração e o centro de atendimento.
- 7.11 Para elevar a qualidade do pessoal, irá organizar acções de formação que se revelarem aconselhadas ao desempenho da missão, por exemplo, o treino físico constante e a formação profissional, organizando cursos sobre para assistentes sociais e incentivando estes especialistas a sua frequência.
- 7.12 Providenciaremos também algumas medidas que visem facilitar a vida aos cidadãos, por exemplo, a comunicação de situação e resultados do pedido, por SMS do telemóvel, aos cidadãos que pediram serviços ao EPM.
- 7.13 Nos últimos anos, têm sido reforçadas as acções de ligação com o exterior e de promoção de imagem, preparando a elaboração do “Anuário do EPM” para divulgar mensagens úteis, publicando panfletos, visitando escolas, organizando o “voluntariado” para visitar os reclusos, realizando o concurso de desenho para o apoio da reintegração social dos reclusos, a fim de elevar a sensibilização e apelar à sociedade que aceite e apoie a reinserção social dos reclusos.
- 7.14 Para reforçar a comunicação interna, promover a relação harmoniosa de trabalho, o EPM oferece o cartão de aniversário aos trabalhadores, convidando os familiares dos guardas prisionais para visitar a cadeia, permitindo-lhes que compreendam o ambiente e importância do seu trabalho no EPM, exortando-os ao apoio e à motivação. Com esta iniciativa visamos uma melhor interacção os guardas e as respectivas famílias, o que redundará em melhoria da coesão interna, bem como da comunicação.

8. Gerir bem os recursos em proveito da prosperidade dos trabalhos de segurança

A DSFSM providencia às corporações e organismos que apoia, a dotação e equipamentos, bem como a respectiva manutenção, com vista a proporcionar-lhes os melhores meios para o cumprimento das suas missões. Para garantir uma distribuição e utilização racional dos recursos, no próximo ano, implementaremos a simplificação dos procedimentos administrativos através da informática, instalando novo sistema de passagem automática pelos postos fronteiriços, otimizando o sistema informático de passagem pelos postos fronteiriços, o que contribuirá para a elevação da eficácia de execução das tarefas, para a melhor distribuição do dispositivo das forças policiais, melhor concretização das diversas infraestruturas e melhoramento dos projectos técnicos, aperfeiçoamento dos equipamentos pessoais, equipando as infra-estruturas com aparelhos informáticos, sem esquecer a optimização dos procedimentos de recrutamento dos instruendos e do pessoal civil, a fim de garantir o próspero funcionamento dos organismos e uma execução eficaz da missão.

- 8.1 O plano de ampliação do sistema de passagem automática decorre sem incidentes, sendo que estamos a planear a instalação de mais equipamentos, o que aumentará em 147 sistemas de passagem automática no conjunto dos postos fronteiriços do Terminal Marítimo, das Portas do Cerco e da Ponte Flor de Lótus.
- 8.2 Optimizar o sistema informático de passagem pelos postos fronteiriços. Perante um fluxo crescente de turistas nos postos fronteiriços em feriados, a DSFSM planeará a divulgação de dados estatísticos do fluxo e a actualização das mensagens através de grande ecrã a instalar nos postos fronteiriços, do website das FSM, no sentido de aumentar o grau de transparência de funcionamento dos postos fronteiriços.
- 8.3 Com a conclusão da ampliação das Portas do Cerco e a instalação do Edifício de Serviço de Migração, a DSFSM irá instalar os equipamentos informáticos adequados.

- 8.4 Optimizar as caixas de marcação electrónica, estudando a introdução da função de identificação de impressões digitais em sistemas existentes. Intensificar o sistema de rádio electrónico, aumentando o número de bases, no sentido de alargar a extensão de cobertura e reforçar a estabilidade do sistema.
- 8.5 Para garantir a segurança das informações, a DSFSM irá estudar e aprofundar as estratégias de informações das FSM. Além disso, é importante que os utentes de informações incrementem a consciência e conhecimentos sobre a segurança de informações. A DSFSM planeará o reforço da formação nesta área, no sentido de utentes dominarem conhecimentos na utilização de sistema informático e a sua segurança.
- 8.6 Observar de perto as obras das infraestruturas de grande envergadura das Forças de Segurança, como por exemplo a nova construção do Centro de Emergência Médica e Posto Operacional de Coloane do CB; o Edifício Complexo do GOE da UTIP do CPSP; o Edifício do Departamento Policial e Departamento de Trânsito das Ilhas do CPSP.

9. Desenvolver amplamente o intercâmbio e cooperação policial

Perante a tendência transfronteiriça e internacional de actividades criminosas, o reforço da cooperação internacional e regional é cada vez mais necessário para prevenir e combater este tipo de criminalidade. O amplo intercâmbio e cooperação policial é muito importante para garantir com eficácia a segurança da sociedade de Macau. O estreitamento da rede de informações e operações conjuntas contribuem para elevar a eficiência de trabalho de segurança e a taxa de resolução de casos. Para combater crimes transfronteiriços, irá alargar-se o espaço de cooperação policial internacional e regional, participando activamente em actividades e conferências de cooperação policiais a realizar na China e no estrangeiro, trocando as informações criminais, aprendendo a técnica policial e experiência avançadas, desenvolvendo mecanismos de cooperação policial no sentido de combater os crimes organizados e transfronteiriços.

Desde a transferência de soberania as autoridades de segurança criaram sucessivamente mecanismos de encontros com o Ministério de Segurança Pública, Província de Guangdong, Hong Kong, Xangai, estabelecendo também a relação de cooperação policial com várias províncias e cidades, dos quais vem resultando êxito. Isto é muito importante para reforçar a comunicação e cooperação policial, garantir a eficácia na manutenção da estabilidade da sociedade. Em relação à cooperação policial entre Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, o objectivo primeiro é combater o crime transfronteiriço, pelo que iremos intensificar esta cooperação policial entre os três lugares, alargando-a não só a outras regiões vizinhas como a outros postos do globo.

No próximo ano, os objectivos essenciais para o intercâmbio e cooperação policial são os seguintes:

- 9.1 Aprofundaremos a cooperação policial regional e internacional, especialmente na área de combate aos crimes transfronteiriços e transnacionais. Tendo em conta os factores locais, intensificaremos a troca de informações com parceiros internacionais, mantendo também uma estreita colaboração com os órgãos de segurança pública do interior da China, prevenindo e reduzindo, em conjunto, os riscos de ataque terrorista, simultaneamente, através da cooperação regional, protegendo-nos da entrada de terroristas bem como igualmente cerrando combate enérgico ao tráfico de pessoas, no sentido de elevar a imagem positiva internacional de Macau.
- 9.2 Destacaremos activamente o pessoal para participar no mecanismo de encontro de trabalho com os órgãos de segurança pública do interior da China, no mecanismo de encontro de trabalho de polícias de Cantão e Macau, de polícias de Xangai e Macau, nas reuniões de trabalho da chefia de investigação criminal das polícias de Cantão, Hong Kong e Macau, no sentido de comunicar as actividades criminosas, recolher informações, combater as seitas, o crime de droga, os crimes organizados e transfronteiriços de exploração de prostituição, apoio de entrada ilegal em Macau e falsificação de documento, com o objectivo de assegurar a estabilidade regional.

- 9.3 Nas seguintes matérias será reforçada a cooperação de três lugares, o combate anti-terrorista, o intercâmbio académico, os serviços de bombeiros e salvação, o combate ao crime das seitas, ao crime económico transfronteiriço e aos tráficos ilícitos de droga e outros, como a falsificação de documentos. Igualmente a criminalidade relacionada com o jogo ilícito por Internet, o branqueamento de capitais, outros crimes relacionados com o jogo e qualquer tipo de delinquência que afecte a estabilidade, mormente nos postos de contacto com o exterior.
- 9.4 Continuaremos, em conjunto com as polícias de província de Guangdong e de Hong Kong, a realizar operações temáticas destinadas à prevenção e combate de crimes, participando em operações destinadas a combater crime organizado e o tráfico de droga. Para a articulação com os trabalhos, iremos criar mecanismos de ligação com os serviços congéneres para acompanhamento da exploração de prostituição transfronteiriça e do jogo ilícito, acelerando o progresso de criação de linha ligação policial electrónica. Para tanto vamos agilizar a cooperação policial entre os postos fronteiriços Zhuhai e Macau, elevando a troca de informações criminais.
- 9.5 Relativamente à cooperação com o interior da China e Hong Kong, iremos através de encontros periódicos, desenvolver formas de intercâmbio policial entre o Ministério de Segurança Pública, a Província de Guangdong, Hong Kong e Xangai, realizando acordos no sentido de criar uma rede de informações que flua por um canal de ligação directa com os serviços operacionais policiais congéneres, certos de que só assim poderemos combater o crime transfronteiriço com eficácia.
- 9.6 Especialmente, reforçaremos a ligação e a troca de informações entre os serviços de investigação criminal, através das reuniões de trabalho da chefia de investigação criminal das polícias de Cantão, Hong Kong e Macau, cooperando e reciprocamente combatendo o crime transfronteiriço e organizado.

- 9.7 Melhorar a capacidade de resposta dos respectivos serviços policiais a quaisquer acontecimentos ilícitos emergentes. Em articulação com o trabalho regional de luta contra terrorismo, observaremos de perto a situação à escala internacional, recolhendo e trocando as mensagens de actividades terroristas, Cantão, Hong Kong e Macau interceptando e identificando conjuntamente os terroristas, no sentido de elaborar bem os planos de prevenção de ataque terrorista, procedendo em tempo oportuno aos exercício para reduzir os riscos de ataque.
- 9.8 Optimizar o trabalho de verificação de documentos, desenvolver os serviços electrónicos. Continuaremos destacar o pessoal para o interior da China, Hong Kong e regiões vizinhas para intercâmbio e o encontro de trabalho, com o objectivo de os agentes dominarem melhor o tipo e a tendência de uso de documento falsificado, as experiências e técnicas de verificação de documento.
- 9.9 Relativamente à cooperação policial internacional, iremos alargar o espaço de cooperação policial, prestando atenção à troca de informações e à comunicação de mensagens, assimilando atempadamente a nova tendência da criminalidade e as pistas dos crimes, desenvolvendo o intercâmbio académico e técnico, estudando o desenvolvimento do tratamento conjunto dos crimes, nomeadamente, a troca, recolha e análise de informações anti-terroristas, no sentido de tecer a rede mais ampla da cooperação policial internacional, de prevenir e combater em conjunto os crimes transnacionais, transfronteiriços e terroristas.
- 9.10 Continuaremos a executar os acordos de cooperação celebrados com os serviços responsáveis pela execução da lei quer com o interior quer com o exterior, esforçando-nos na celebração de mais de acordos de cooperação policial, alargando o espaço de cooperação internacional na área de informações, recursos, formação de pessoal qualificado, equipamentos profissionais e técnica policial.

- 9.11 Continuaremos a explorar o intercâmbio académico, convidando os especialistas do exterior para palestras em Macau, por um lado, e por outro destacando pessoal para o interior da China e estrangeiro a receber formação profissional ou fazer intercâmbio policial, proporcionando aos agentes um melhor domínio técnico e uma permanente actualização quanto ao “modus operandi”daquilo que sobre este assunto se passa à escala global.
- 9.12 Continuaremos a manter a cooperação estreita com os serviços públicos e os órgãos judiciais, realizando conjuntamente a prevenção dos crimes e as acções de formação jurídica, trocando experiências, bem como procedendo a outro tipo de colaboração na área das atribuições de cada organismo.

CONCLUSÃO

Os programas e medidas preconizadas pela área da segurança para integrar as Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM foram gizadas em função das variáveis presentes na actual situação socio-económica de Macau, e têm por objectivo prestar à população um serviço cada vez mais qualificado e devotado aos seus interesses.

As corporações e organismos das FSM, como sempre, implementação, as suas atribuições em ambiente de solidariedade institucional e envidando todos os esforços para assegurar aos cidadãos e turistas um ambiente seguro e estável. É com base no êxito obtido que desenvolvemos o trabalho futuro e assumimos a responsabilidade da continuidade por forma a que, partindo do ponto de vista macroscópico passmos delinear, com pragmatismo as linhas de acção governativa e o plano de actividades da área de segurança para o ano 2009.

Convocámos para o detalhe da definição das políticas públicas todos os organismos e corporações com intervenção na área de segurança interna, os quais se revelaram atentos quer à evolução da sociedade de Macau, quer à necessidades que esse desenvolvimento reclama no sentido de optimizarem a sua performance, constituindo essa ponderação, a premissa maior do esboço da nossa actividade para o ano que se aproxima. O nosso trabalho cuidou o pormenor, para ele tendo contribuído o esforço convergente do pessoal das forças e serviços de segurança, o que lhe dá a importante caução de garantia de os conceitos ora renovados virem a ter a sua concretização operacional mais facilitada, dando, ao mesmo tempo, importância ao sentido de responsabilidade, integridade e eficácia na acção. Isto resultará, por certo, em benefício da RAEM, dependente que está do bom funcionamento institucional e do bom desempenho profissional do pessoal afecto aos organismos e corporações na manutenção da ordem pública, combate e prevenção da criminalidade e, ainda, prestação de socorros. As linhas de acção governativa e os diversos planos de actividade na área de segurança dependem da cooperação de todo o pessoal das corporações e organismos das FSM, bem como do apoio, coordenação e fiscalização dos diversos sectores sociais, da população.

Perante a realidade actual e a projecção do futuro, mesmo que segundo princípios de desenvolvimento sustentável, o ambiente social e a situação de segurança de Macau afiguram-se-nos naturalmente complexos. Portanto, as autoridades de segurança irão antecipar a avaliação e a elaboração de planos de contingência, além do que serão tomadas medidas destinadas à prevenção e repressão dos factores instáveis que influenciam Macau. Ao mesmo tempo, iremos reforçar a gestão de cooperação no sentido de cumprir com eficácia a missão das forças e serviços de segurança.

O pessoal empenhado à área de segurança irá prosseguir no ano 2009 a implementação das suas competências e obrigações funcionais em observância do princípio da legalidade e socorrendo-se do espírito de equipa para retirar todo o rendimento dos seus esforços e, assim, garantir o desejável ambiente de paz e tranquilidade social, seguindo as linhas de acção política do Governo da RAEM, convocando o seu melhor em prole da estabilidade, harmonia e prosperidade constantes da sociedade de Macau.